



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS CURSO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Julia Machado de Souza

**O Brasil entre duas Superpotências: A disputa hegemônica entre Estados Unidos e China  
e seus reflexos na economia brasileira**

Florianópolis  
2024

Julia Machado de Souza

**O Brasil entre duas Superpotências: A disputa hegemônica entre Estados Unidos e China e seus reflexos na economia brasileira**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Graduação em Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Jaime César Coelho

Florianópolis  
2024

Souza, Julia Machado de

O Brasil entre duas Superpotências: A disputa  
hegemônica entre Estados Unidos e China e seus reflexos na  
economia brasileira / Julia Machado de Souza ; orientador,  
Jaime César Coelho, 2024.

80 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro  
Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais,  
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Hegemonia. 3. Conflito  
China e Estados Unidos. 4. Brasil. 5. Desenvolvimento  
interno. I. Coelho, Jaime César. II. Universidade Federal  
de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais.  
III. Título.

Julia Machado de Souza

**O Brasil entre duas Superpotências:**

A disputa hegemônica entre Estados Unidos e China e seus reflexos na economia brasileira

Florianópolis, 04 de julho de 2024.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti  
Dra. Universidade Federal de Santa Catarina

Dr. Bruno Haeming  
Dr. Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

---

Prof. Dr. Jaime Cesar Coelho  
Orientador

Dedico este trabalho a minha mãe e a minha avó, Iracema.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, pelo amor incondicional, apoio e carinho durante toda minha trajetória, sem você nada disso seria possível. Obrigada por viver meus sonhos comigo e por fazer de tudo para que eles se tornem realidade. Acima de tudo, obrigada por iluminar a minha vida e todos os meus passos. Ao meu pai, por todo amor e incentivo, e por me ensinar que nossos sonhos devem ser prioridade.

À minha avó Iracema, por expressar seu amor em cada almoço e por não medir esforços em me ajudar. Aos meus avós paternos, Wilma e Valdir, por sempre acreditarem e torcerem por mim. O amor de vocês moldou a minha vida, vocês são essenciais na minha jornada.

Aos amigos especiais que a graduação me apresentou, Isa, Gi, Hani, Luís e Maia. Sou grata por todos os momentos que vivemos juntos nesses anos, pela amizade e cumplicidade. A minha vida é muito mais feliz com vocês.

Ao meu orientador e professor Jaime, pelo auxílio e apoio durante todo o desenvolvimento deste trabalho e a todos os professores da UFSC com quem tive contato durante esses anos.

Agradeço a vida por cada oportunidade até aqui. Ter tido o privilégio de estudar na UFSC, cercada de pessoas especiais, foi uma das melhores experiências da minha vida. Os anos em que passei aqui serão lembrados sempre com muito carinho.

## RESUMO

No início do século XXI, o sistema internacional testemunhou diversas mudanças estruturais. Conforme colocado por Robert Cox, a ordem mundial está em constante transformação, sendo marcada por rupturas, emergência de novos atores e instabilidade hegemônica. Nesse sentido, mudanças substanciais ocorridas no início dos anos 2000 no cenário global, como a ascensão de novas economias, incluindo a China, enfraqueceram a tradicional supremacia das nações avançadas, principalmente a dos Estados Unidos. Em consequência disso, a emergência do país asiático abriu novas possibilidades de cooperação para nações em desenvolvimento, como o Brasil, que buscou diversificar suas parcerias econômicas e, assim, reduzir a dependência externa dos Estados Unidos. O Brasil, com seu vasto mercado consumidor e significativa dimensão econômica, caracteriza-se em um parceiro estratégico tanto para os EUA quanto para a China, sobretudo, em um contexto de disputa hegemônica, onde a aliança com outras nações é fundamental. Embora ambos os atores sejam essenciais para o Brasil em termos de comércio e investimentos, a crescente dependência externa do país e o declínio da sua participação industrial, sublinham a importância de avaliar qual dessas superpotências está mais alinhada com os objetivos brasileiros de desenvolvimento e reindustrialização. Este estudo visa examinar, através de uma análise histórica e comparativa, como as relações bilaterais com os EUA e a China impactam o Brasil, buscando entender como o país pode explorar ao máximo suas oportunidades de crescimento no atual cenário de rivalidade hegemônica global.

**Palavras-chaves:** hegemonia, transição hegemônica, Brasil, desenvolvimento brasileiro, Estados Unidos, China.

## ABSTRACT

At the beginning of the 21st century, the international system witnessed several structural changes. As Robert Cox puts it, the world order is in constant transformation, marked by ruptures, the emergence of new actors and hegemonic instability. In this sense, the substantial changes that took place in the early 2000s on the global stage, such as the rise of new economies, including China, weakened the traditional supremacy of the advanced nations, especially the United States. As a result, the emergence of the Asian country opened up new possibilities for cooperation for developing nations, such as Brazil, which sought to diversify its economic partnerships and thus reduce its external dependence on the United States. Brazil, with its vast consumer market and significant economic size, is a strategic partner for both the US and China, especially in a context of hegemonic dispute, where alliances with other nations are fundamental. Although both players are essential for Brazil in terms of trade and investment, the country's growing external dependence and declining industrial participation underline the importance of assessing which of these superpowers is more aligned with Brazil's development and reindustrialization objectives. This study aims to examine, through a historical and comparative analysis, how bilateral relations with the US and China impact Brazil, seeking to understand how the country can make the most of its growth opportunities in the current scenario of global hegemonic rivalry.

**Keywords:** hegemony, hegemonic transition, Brazil, Brazilian development, United States, China.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Participação dos EUA no IED anual total, em %.....	60
Figura 2 - IED total no Brasil versus fluxo de investimento direto dos EUA no Brasil.....	60
Figura 3 - Participação dos EUA no IED anual por setores, em %.....	61
Figura 4 - Investimentos chineses no Brasil (número de projetos).....	62
Figura 5 - Participação setorial dos investimentos chineses no Brasil até 2022.....	62

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Principais acordos de cooperação entre Brasil e EUA até 2020.....	48
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Exportação e importação brasileiras totais nos últimos onze anos, em US\$ FOB Milhões.....	54
Tabela 2 - Índice de preços das commodities.....	55
Tabela 3 - Composição setorial das exportações brasileiras, em US\$ FOB Milhões.....	55
Tabela 4 - Importação Brasileira de 2013 a 2023, em US\$ FOB Milhões.....	56
Tabela 5 - Importações e exportações brasileiras para os Estados Unidos, em US\$ FOB Milhões.....	57
Tabela 6 - Importações e exportações brasileiras para China, em US\$ FOB Milhões.....	58
Tabela 7 - Investimento direto no Brasil, em US\$ milhões.....	60

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATEC	Acordo de Cooperação Econômica e Comercial
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRI	Belt and Road Initiative
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
B3W	Build Back Better World
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina
CBERS	Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres
COSBAN	Conselho Empresarial Brasil-China
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
IA	Iniciativa para as Américas
IED	Investimentos externos direto
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Partido Comunista Chinês
SI	Sistema Internacional
TI	Tecnologia da Informação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA.....</b>	<b>15</b>
2.1 O CONCEITO DE HEGEMONIA.....	15
2.2 HEGEMONIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	17
2.2.1 Crise hegemônica.....	20
<b>3 CONFLITO ESTADOS UNIDOS E CHINA.....</b>	<b>22</b>
3.1 PANORAMA GERAL DO CONFLITO.....	23
3.2 CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA EXTERNA DOS AGENTES.....	25
3.2.1 Características da política externa estadunidense.....	26
3.2.2 Características da política externa chinesa.....	29
3.3 NOVA ROTA DA SEDA.....	33
3.4 BUILD BACK BETTER WORLD.....	36
3.5 CONTEXTUALIZANDO O CONFLITO A PARTIR DO GOVERNO TRUMP.....	38
<b>4 O BRASIL NO CONTEXTO DO CONFLITO HEGEMÔNICO.....</b>	<b>42</b>
4.1 RELAÇÃO ESTADOS UNIDOS E BRASIL.....	44
4.2 RELAÇÃO CHINA E BRASIL.....	50
4.3 ANÁLISE DOS NÍVEIS DE COMÉRCIO E FLUXO DE INVESTIMENTO ENTRE OS ATORES.....	54
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>69</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No início do século XXI, a literatura acadêmica começou a sugerir que profundas transformações estavam em curso na economia global e nas relações internacionais. Nesse sentido, estudiosos como Robert Cox sugerem que o sistema internacional (SI) está sujeito a mudanças contínuas, onde a história é um processo em desenvolvimento, caracterizado por uma série de rupturas e, a estabilidade, que seria caracterizada por períodos hegemônicos, não é duradoura (Faria, 2013). Dessa forma, no âmbito da ordem mundial, o poder hegemônico é constantemente contestado e, eventualmente, subvertido, já que a dinâmica subjacente ao modelo capitalista reside na competição entre Estados e suas classes dominantes. É dentro desse contexto, que as economias emergentes passaram a ter maior protagonismo no cenário internacional, enquanto a preeminência das economias avançadas, particularmente a estadunidense e as europeias, foi enfraquecendo. Assim, os eventos contemporâneos de política internacional indicam uma transformação estrutural na ordem global, abrindo portas para que os países em desenvolvimento expandam suas relações comerciais para além dos mercados tradicionais do Ocidente (Kalout, 2022).

É nesse contexto, de busca por diversificação e declínio econômico das superpotências do Norte, que a ascensão da China, como potência econômica mundial, surgiu como uma nova oportunidade de alinhamento e cooperação para diversas nações em desenvolvimento na América Latina, entre elas o Brasil. Esses Estados passaram a considerar a China um parceiro estratégico para a melhoria de suas economias, tendo em vista a disponibilidade de capital chinês e o forte engajamento do país na busca por novos mercados. Tal movimento igualmente visou reduzir a dependência tradicional em relação aos Estados Unidos (EUA) e abrir caminho para a exploração de novas oportunidades de crescimento e cooperação internacional (Lima, 2019). Assim, no final do século XX e no início do século XXI, enquanto a China movimentava suas peças estratégicas no tabuleiro latino-americano e estreitava suas relações políticas e econômicas com os países da região, os Estados Unidos deram importância secundária ao hemisfério, tendo como foco de sua política externa intervenções militares em outras partes do mundo, como no Oriente Médio, na guerra contra o terrorismo internacional, e o antagonismo com a China e a Rússia. A passividade estadunidense no contexto regional, permitiu que a China, em menos de vinte anos, aumentasse sua importância relativa em comparação aos EUA e se tornasse o principal parceiro comercial da maior economia da América Latina, o Brasil (Kalout, 2022).

Sob essa perspectiva, entende-se que o Brasil representa um ator relevante dentro do contexto atual das relações internacionais, tendo em vista que o país se configura em um Estado de dimensões continentais, possuindo um conjunto populacional numeroso e coeso, no sentido de apresentar-se como um grande mercado consumidor, sendo um enorme produtor de alimentos e uma grande zona de influência, principalmente para os países da América do Sul (Moreno, 2015). Além disso, o Brasil desfruta de um crescente *soft power* e de uma notável relevância ascendente no cenário global, participando ativamente no G20, como uma das maiores economias do mundo (Fundação Alexandre de Gusmão, 2011). Partindo dessa ideia, pode-se entender que o Brasil está se consolidando como um *locus* da disputa hegemônica entre EUA e China e tal cenário pode produzir um possível dilema na política externa brasileira, no sentido que tanto o país norte-americano quanto o asiático, além de serem os principais parceiros comerciais do Brasil, são países que realizam grandes volumes de investimento direto na região. A conjuntura pode causar diversos desconfortos entre as partes na medida que a balança de poder altera-se, porém tal circunstância faz igualmente com que tais países passem a enxergar o país sul-americano com maior expressividade (Urdinez, 2017). Assim, a hipótese da pesquisa é que o atual contexto de disputa hegemônica, apresenta-se como uma janela de oportunidades para o Brasil explorar possibilidades em termos desenvolvimentistas, especialmente com relação à indústria nacional, visto que tais países mostram-se mais dispostos a estreitar laços com outros Estados, tanto em termos econômicos quanto políticos.

Um aspecto relevante na configuração econômica interna do Brasil e que relaciona-se diretamente com os EUA e a China, é o fato do país apresentar altos níveis de dependência externa, tanto em termos de absorção de poupança externa como de tecnológica. Como agravante e, diferentemente do processo de desenvolvimento da China, que passou a priorizar o setor de alta tecnologia e, conseqüentemente, colheu efeitos positivos nos demais setores de sua economia, o Brasil regrediu nesse quesito, apresentando uma diminuição da participação da indústria em sua economia nas últimas décadas, enquanto o setor primário consolidou-se como o principal motor econômico do país (Holanda, 2016). Com efeito, tal processo resultou na diluição de cadeias produtivas e na reprimarização da pauta exportadora do país. Diante disso, a relação do Brasil com os dois atores exige análise detalhada de seus aspectos quantitativos e qualitativos, tendo em vista que os dois países configuram-se nas duas maiores economias mundiais e são os maiores parceiros comerciais do Brasil, afetando diretamente a sustentabilidade do sistema produtivo brasileiro (Kalout, 2022).

A partir disso, o presente trabalho objetiva verificar, através de uma análise histórica das relações bilaterais entre os agentes, de acordos de cooperação, níveis de intercâmbio comercial e fluxos de investimento, quais os possíveis impactos dessas alianças para o Brasil, em termos de desenvolvimento econômico e, sobretudo, em questão de revitalização industrial. Além disso, almeja-se evidenciar a importância relativa do Brasil para esses agentes, interpretada pela prioridade dada pelos mesmos em termos políticos e econômicos ao país sul americano, e qual das duas superpotências estaria mais alinhada com os objetivos brasileiros de desenvolvimento interno e retomada da industrialização, dentro de um contexto de disputa hegemônica, que será analisado sob os pilares da Teoria Crítica. Para alcançar os resultados estipulados acima, o método de abordagem utilizado será de abordagem reflexiva, a partir da relação entre pesquisa bibliográfica, para fundamentação teórica, construção das hipóteses e observação empírica. Como método de procedimento foi escolhido o histórico e comparativo, onde será realizada a análise das relações econômicas entre Brasil e EUA e Brasil e China, através de documentos e acordos bilaterais firmados entre as partes. Ao final dessa abordagem histórica e da compreensão da relação de tais nações, será realizada uma comparação da maneira com que esses relacionamentos foram construídos e como operam no presente momento, bem como a possibilidade do Brasil beneficiar-se economicamente no âmbito da obtenção de investimentos e aumento do fluxo comercial, a partir de um cenário de disputa hegemônica.

Para alcançar os objetivos descritos acima, o trabalho está dividido em três seções, além desta introdução, que abordam diferentes eixos temáticos, cada um contribuindo para a compreensão completa do assunto. No segundo capítulo serão tratados, de maneira mais aprofundada, os aspectos teóricos com relação ao conceito de hegemonia, sob a ótica gramsciana, e as implicações que discorrem de tal abordagem para o entendimento das Relações Internacionais e do atual cenário internacional, servindo como contextualização para a dinâmica que se estabeleceu entre as duas maiores economias mundiais. O terceiro capítulo abordará a disputa hegemônica entre EUA e China, enfatizando a construção identitária desses Estados e como esse fator é externalizado nas relações interestatais, resultando em estratégias de política externa. No quarto capítulo, a análise da disputa hegemônica é realizada sob a ótica da economia brasileira, discorrendo com maior ênfase sobre o histórico de política externa do Brasil para com esses atores, assim como os pilares que construíram essas relações. Além disso, a análise estende-se à parâmetros quantitativos, que medem o impacto das relações comerciais entre os agentes na economia brasileira.

## 2 TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA

Em seu sentido original, hegemonia significa liderança. No entanto, o termo transcendeu seu significado comum para ingressar na esfera da ciência política, sobretudo na tradição marxista, onde serviu como instrumento para analisar as diferentes estruturas sociais que surgiam em momentos e lugares distintos (Silva, 2011). Antonio Gramsci, por sua vez, ofereceu uma compreensão mais sofisticada e precisa de hegemonia para analisar as relações sociais e, sobretudo, para determinar um tipo singular de dominação (Alves, 2010). A partir de eventos como a Terceira Internacional, debates acerca da Revolução Bolchevique e escritos de Maquiavel, Gramsci procurou analisar a burguesia e os mecanismos de dominação da mesma que a tornaram uma classe soberana, hegemônica. Com o auxílio de Robert Cox, o conceito é contextualizado aos estudos das Relações Internacionais e utilizado como ferramenta de análise das relações entre Estados e agentes do sistema internacional.

À vista disso, este capítulo possui o propósito de esclarecer o conceito de hegemonia, analisar como tal conceito estende-se às Relações Internacionais e como pode ser utilizado para compreender a ordem global moderna.

### 2.1 O CONCEITO DE HEGEMONIA

Em seus estudos, Antonio Gramsci buscava compreender as forças responsáveis pela manutenção da estabilidade das relações de poder em sociedades politicamente estruturadas, ou seja, aquelas que possuíam um Estado (Faria, 2013). Nesse sentido, a contribuição do filósofo italiano resgatou estudos realizados por Karl Marx no âmbito da ideologia, onde para o pensador alemão, a mesma configura-se como uma falsa visão da realidade, difundida pelas classes dominantes no intuito de manter as classes subalternas sob sua influência e controle. Assim, partindo dessa ideia, Gramsci fez uso da metáfora do cimento, que une os tijolos da estrutura social, para ilustrar tal papel da ideologia e para evidenciar como sua atuação é substancial e necessária para o grupo detentor de poder dentro do corpo do Estado (Gramsci 1976, p. 137-138). Tal sistema permitiu que a classe dominante, com sua devida ideologia, alcançasse espaço na organização do Estado, transpassando a esfera política, judiciária, institucional, e se tornasse legítima perante a sociedade, ao persuadir o corpo social a pensar de uma determinada forma e, assim reproduzir as particularidades do *status quo*, mantendo dessa maneira, os privilégios da classe dominante. Nesse cenário, os mecanismos de controle utilizados não baseiam-se apenas no uso da força, mas acima de tudo no consenso. Tal

elemento é essencial para a supremacia da classe dominante, pois orienta a sociedade através de uma ideologia específica.

Desse modo, o conceito de hegemonia nasce a partir da soma entre consenso e coerção e, para Gramsci, a formação da hegemonia é um processo longo e suas formas nem sempre são as mesmas, variando de acordo com a natureza das forças da classe que está no comando (Cox, 1983). O filósofo sugere que a força hegemônica se manifesta em dois campos, material e ideológico. No plano material, a coerção não diz respeito apenas ao uso de força física, esta na realidade é apenas utilizada como último recurso de imposição de autoridade, mas sim a restrição econômica, que condiciona o acesso dos indivíduos a recursos de ordem material, sobretudo, os meios de produção e subsistência. No plano da ideologia, o consenso surge da internalização de valores e símbolos, dando forma a uma ética específica de comportamento e a um conjunto de ideias que serão compartilhadas entre uma sociedade, influenciando a maneira de pertencer à estrutura social. Nesse cenário, nascem as instituições estatais, que possuem papel, sobretudo, de legitimar e validar a ideologia da classe dominante, tornando a classe subordinada conformada com a submissão social, política e econômica, e sem meios para reagir contra tal dominação. É um elemento que torna ainda mais eficiente a dominação de uma classe sobre outra (Faria, 2013).

Para Luciano Gruppi (1978), um grupo só exerce hegemonia, liderança e dominação sobre outros, até que por meio de sua ação política, ideológica e cultural, consiga manter coeso um conjunto diversificado de forças e evite que o conflito entre elas se intensifique a ponto de desencadear uma crise na ideologia dominante. Isso poderia ocasionar no questionamento e, conseqüente rejeição, de tal ideologia pelos agentes que não pertencem a classe que domina os mecanismos do Estado, resultando em uma crise entre as diferentes forças desse sistema. Nota-se, a importância da persuasão dentro desse cenário, pois a mesma "pressupõe modificar mentalidades e valores, abrindo caminho a novas premissas éticas e pontos de vista, capazes de agregar apoios e consensos e, assim, afirmar-se perante o conjunto da sociedade" (Moraes, 2010, p. 56).

Quando esse sistema falha, ocorrem as chamadas crises hegemônicas. Estas nascem a partir de um intenso e contínuo trabalho de crítica, de desconstrução de ideias, formulação de novas e da disseminação de tais concepções para grupos que inicialmente resistiam a mudanças e, que estavam focados em resolver, individualmente, suas próprias questões econômicas e políticas, sem estabelecer laços de solidariedade com aqueles em situações semelhantes. A união e formação de um novo consenso para mudar a ordem existente, é a chave para a queda do grupo que exerce o papel de *hegemon* e, depende da habilidade das

classes subalternas de se articularem e se transformarem em força política eficaz, para consolidar uma unidade que leve à coordenação de ações e princípios ideológicos (Gramsci, 1999). Assim, as forças contra-hegemônicas, como denomina Gramsci, são mecanismos necessários para a instauração de uma nova configuração ético-política, onde o intuito é reverter a condição marginalizada dos grupos subordinados e criar uma nova ordem a partir do rompimento com a ideologia dominante. Tal circunstância, abre espaço para a reorientação das percepções de mundo, onde passa a ser possível enxergar a realidade como suscetível a transformações. Nesse cenário, o filósofo italiano argumenta que o movimento contra-hegemônico não alcançará vitórias sustentáveis a menos que ganhe hegemonia no campo das ideias e que estas englobem a sociedade como um todo (Moraes, 2010). Assim, antes de alcançar o poder, é necessário travar uma série de batalhas sucessivas pela hegemonia e pelo consenso dentro da sociedade civil. O processo de estabelecimento da hegemonia, envolve a competição entre ideologias e controle dos principais meios de influência do consenso, como as instituições políticas e governamentais, a imprensa, os partidos políticos, entre outros.

## 2.2 HEGEMONIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Estado para Gramsci consiste na unidade básica das relações internacionais, é onde as interações sociais ocorrem e onde as classes hegemônicas se formam (Cox, 1983 ). Assim, à medida que as relações sociais se desenvolveram, a estrutura estatal se complexificou, gerando novas responsabilidades e agendas que antes não existiam. A interação entre diferentes Estados nasce nesse período, sobretudo por conta do comércio, que permitiu intensos intercâmbios de ideias e culturas, criando conexões de longa distância. O fenômeno da guerra entre Estados manifesta-se como consequência de tal interação, onde a simbiose entre algumas sociedades dá lugar à disputa por recursos, territórios e povos e, com isso, o equilíbrio deixa de ser algo inerente a esse sistema e passa a existir por meio do imperativo de poder e força. Não obstante, a cooperação igualmente nasce como uma necessidade desse ordem interestatal recém-formada, onde posteriormente a mesma passará a ser base para a orientação das relações exteriores, manifestada através da construção do direito internacional, das organizações internacionais, e também de acordos e normas firmados entre os agentes de tal estrutura (Faria, 2013). À medida que o aparato do direito internacional cresce, assim como o próprio desenvolvimento das relações entre Estados, o uso da guerra como instrumento de política externa perde força e abre caminho para a instauração de um novo

tipo de ordem internacional, na qual o uso da força gradualmente cede lugar à ideologia. Essa nova ordem é chamada de ordem hegemônica e o foco muda da ameaça à sobrevivência de um Estado em relação a outro, para a ameaça à manutenção de uma classe economicamente dominante em comparação com outra classe economicamente subordinada (Strange, 1994) .

Em síntese, o conceito de hegemonia estendido ao âmbito das Relações Internacionais, denota a capacidade de um Estado em exercer autoridade governamental sobre um sistema composto por outros Estados soberanos, fazendo uso de uma estrutura de valores que atravessa um sistema complexo de Estados e agentes não estatais (Gill, 2007). Belligni (2008) argumenta que um Estado hegemônico é aquele que detém supremacia não apenas militar, como também econômica e cultural sobre os demais Estados, influenciando suas escolhas, diante do seu considerável poder de intimidação e coerção. Para que esse tipo de ordem obtenha êxito, é necessário que o Estado hegemônico realize concessões, no intuito de conquistar e garantir o consenso proveniente de outros membros do sistema internacional, para que estes não se rebelem ou questionem tal ordem. Nota-se, que naturalmente tal regime resulta na formação lógica de uma estrutura hierárquica, de formato piramidal, composta, sobretudo, de Estados, mas igualmente por classes, que subordinam centros menos poderosos, através de suas capacidades transnacionais (Gill, 1989).

Robert Cox (1987), propõe que existam várias configurações de Estado, ordens mundiais e forças sociais, onde os três níveis estão interconectados, influenciando-se mutuamente e gerando condições próprias de existência, princípios e normas que alteram-se conforme o passar do tempo. Esse sistema engloba uma variedade de formas de produção e estruturas sociais de acumulação, cada uma com suas próprias características éticas e políticas. Sob esse aspecto, a intensificação do processo de globalização desencadeou novas formas produtivas e novos tipos de vínculos entre os Estados, onde tais atores passaram a estabelecer organizações internacionais multilaterais e alianças interestatais, com o intuito de promover a integração econômica e política, criando um novo campo de forças e uma nova forma de se posicionar no sistema internacional, construindo por vezes, uma coalizão hegemônica. Cox (1987), afirma que o processo de união entre classes internacionalmente, é reflexo da formação de aliança entre grupos sociais que ocorrem internamente, onde as classes que dominam o núcleo da atividade estatal, são as mesmas que realizam alianças com tipos de classes equivalentes em distintos Estados.

Diante disso, pode-se afirmar que há dois níveis de ação estatal. O primeiro deles diz respeito à construção de um bloco histórico e da coesão social dentro do próprio Estado. Quando o consenso já tiver sido alcançado internamente, passa-se para o segundo nível, que

se configura na projeção internacional da hegemonia em nível de ordem global. A hegemonia no sistema internacional não baseia-se apenas na criação de uma ordem universal ou na regulação de conflitos entre agentes desse sistema, mas igualmente fundamenta-se na propagação de um modo de produção a nível mundial, capaz de gerar novos vínculos entre as classes sociais. As instituições econômicas e políticas, bem como a cultura e a tecnologia ligadas a essa hegemonia nacional, passam a ser exemplos de padrões a serem replicados no exterior. Nesse contexto, nota-se que os países periféricos sofreram a internalização do modo de produção das potências ocidentais, que adquiriu características próprias na região em questão, devido à falta de classes proprietárias com poder suficiente para impor a integração aos padrões capitalistas, predominantes no centro do ciclo de acumulação (Gill, 2007).

Para consolidar efetivamente o poder hegemônico perante a comunidade internacional, é necessário o desenvolvimento de instituições internacionais. Tais organismos justificam, legitimam, corporificam ideologias hegemônicas e cooptam classes dirigentes de países periféricos. Cox (1981) argumenta que "a institucionalização é um meio de estabilizar e perpetuar uma determinada ordem; é uma amálgama particular de ideias e poder material que, por sua vez, influenciam o desenvolvimento das ideias e capacidades materiais" (Cox 1981, pg. 99). Assim, as organizações internacionais representam o corpo de regras sociais e econômicas dominantes e, para serem eficientes, devem ser originadas pelo Estado hegemônico ou ao menos ter seu apoio. Para Cox (1981) ainda, há uma íntima ligação entre o desenvolvimento de instituições e o conceito de hegemonia, tendo em vista que ambos são instrumentos que possibilitam a resolução de conflitos sem recorrer à violência. Em outras palavras, um Estado tido como forte no sistema internacional induz Estados mais fracos a acreditarem que seus interesses e prioridades são de todos, e, com isso, torna desnecessário o uso de força para alcançar seus objetivos. Assim, Estados associam-se a outros Estados semelhantes, visando aumentar o alcance de suas ações e possibilidades no sistema internacional, pois isto está diretamente relacionado com sua posição na hierarquia global e de seu poder relativo, o que por vezes, colabora para a perpetuação de relações desiguais e de dependência. Para Farias (2013), é exatamente nesse contexto que a hegemonia se estabelece, num cenário onde há hierarquia econômica e militar, um modelo predominante da ordem global e um conjunto de instituições que gerencia e sustenta tal ordem, figurando-se como universal para evitar ser percebida como um instrumento de dominação do Estado hegemônico.

### 2.2.1 Crise hegemônica

A hegemonia é constantemente ameaçada e rompida pela ascensão de novos atores estatais, que desafiam a ordem vigente e buscam alterar a mesma de acordo com sua maneira de enxergar o mundo. Isso ocorre em um contexto onde os agentes estão em constante competição uns com os outros por recursos de todas as esferas de poder, tornando o cenário ainda mais complexo. Cox (1983, p. 120) coloca que "a hegemonia é como um travesseiro: absorve os golpes e, mais cedo ou mais tarde, o suposto assaltante vai achar confortável descansar sobre ele". Nesse sentido, para criar uma força contra-hegemônica, é necessário que outro Estado disponha de amplas capacidades econômicas, tecnológicas e militares, além de possuir certo domínio sobre processos de produção, capaz de ocasionar em um enfrentamento expressivo frente à ordem hegemônica vigente. Outro ponto importante é o estabelecimento de aliados, que juntos darão forma a um grupo contra-hegemônico, compartilhando interesses e ideologias semelhantes, no intuito de criar uma força mobilizante para confrontar o *status quo* (Gill; Law, 2007). Com isso, as disputas pela hegemonia mundial distinguem-se de outros tipos de conflitos, pois as mesmas aspiram pela reestruturação do sistema internacional e, alterar assim, a distribuição de poder entre os Estados.

A causa principal deste fenômeno costuma ser implícita, envolvendo, sobretudo, a dissonância de certos agentes com a ordem estabelecida (Violante, 2020). Quando uma potência em ascensão está descontente com a ordem vigente, é natural que ela busque aumentar sua influência no sistema, no intuito de promover seus interesses, assim como implementar seus valores e cultura, resultando no desequilíbrio da ordem internacional (Gwadabe, 2020). Sob tal ponto de vista, a transição hegemônica não configura-se apenas na passagem do status de *hegemon* de um Estado para outro, ela conseqüentemente está associada a crises ideológicas e culturais. Tal processo de mudanças é inerente à natureza do sistema internacional, onde as transformações são constantes e a estabilidade é apenas temporária (Faria, 2013). Para Gramsci, as alterações nas dinâmicas de poder internacional, entendidas como mudanças no equilíbrio militar e geopolítico, podem ter origem em transformações fundamentais nas relações sociais dentro do Estado. Nas palavras de Gill (2007, p. 74), "uma mudança no pensamento é uma mudança na totalidade social e, nesse sentido, tem impacto sobre outros processos sociais".

Nesse contexto, pesquisadores afirmam que a condição de hegemonia mundial de um Estado e sua classe dominante pode persistir mesmo quando o líder não consegue controlar

todas as esferas que compõem seu poder. A conservação da hegemonia estadunidense, por exemplo, que emergiu no pós Segunda Guerra Mundial, evidencia que mesmo não dispondo de supremacia em todas as esferas de poder, o país ainda mantém relativamente sua posição hegemônica na ordem internacional, fazendo uso de forma eficaz dos recursos disponíveis para garantir a manutenção de sua dominância (Faria, 2013). O país ainda atua sob um tipo específico de domínio, hegemonia, segundo Gramsci, que qualifica-se como liderança na esfera moral e intelectual, além de seu poderio econômico e militar.

Desde a crise de 2008, a China tem buscado afirmar-se como um novo líder do sistema internacional, ampliando gradualmente suas capacidades e enfraquecendo progressivamente a hegemonia estadunidense no SI. (Violante, 2020). Assim, a atual disposição do sistema internacional, caracterizada pela competição entre duas superpotências, disputando por recursos, mercados e aliados, enquadra-se na dinâmica de crise hegemônica, tendo em vista a decadência do poderio dos EUA e a ascensão da China como competidor à altura. Tal panorama torna o futuro do cenário internacional bastante nebuloso. Arrighi (1982), defende que observando o passado, é possível esperar que uma ou mais nações hegemônicas surjam deste cenário de desordem sistêmica. Para ele, o próximo Estado hegemônico será menos capitalista do que os dos Estados Unidos e ao mesmo tempo, deverá promover um sistema mundial ainda mais capitalista do que o atual. Já para Cox (2007), o mundo pós-hegemônico é aquele em que várias tradições civilizacionais podem coexistir, onde cada uma delas apresenta sua própria singularidade, marcada por conjuntos de valores distintos e abordagens diversas para o desenvolvimento. Alguns estudiosos afirmam que o surgimento de uma nova ordem global, aliado à disseminação internacional do poder entre os Estados, está resultando na diminuição da estabilidade do duopólio das superpotências e na aproximação de um sistema mais complexo e pluralista (Gill, 2007).

Dessa forma, ao analisar o conceito de hegemonia sob a perspectiva de Antonio Gramsci, torna-se claro que a liderança não se limita ao poder coercitivo, mas estende-se a capacidade de moldar valores compartilhados globalmente. A dualidade entre coerção e consenso não só perpetua a ordem social internamente, como também molda dinâmicas internacionais, onde Estados buscam não apenas o poder militar e econômico, mas igualmente a influência cultural e normativa para estabelecer e manter sua posição dominante no sistema internacional. Compreender a noção de hegemonia faz-se importante na análise das estruturas de poder dentro dos Estados, como também na interpretação da dinâmica da ordem global contemporânea e seus possíveis desdobramentos futuros.

### 3 CONFLITO ESTADOS UNIDOS E CHINA

Nas últimas décadas, a discussão sobre o declínio do poder dos Estados Unidos emergiu como um tema frequente na literatura de Relações Internacionais. Esta reflexão persiste dada a importância significativa da posição global do país nos últimos séculos e a veloz ascensão da China, posicionando-se como um rival à altura (Pereira, 2011). Alguns estudiosos colocam que os EUA levaram muito tempo para reconhecer a magnitude do desafio chinês, permitindo que a China se desenvolvesse internamente com maestria e consolidasse sua posição como uma economia em expansão, aproveitando as lacunas deixadas pelo Ocidente, enquanto os Estados Unidos ficaram confinados ao sistema que eles mesmos estabeleceram, sem considerar possibilidades que não estivessem alinhadas aos seus interesses. Kissinger (2015) coloca que a China sempre existiu e continuará a existir como o epicentro do mundo. O evento que se vê, hodiernamente, é apenas o gigante asiático tomando de volta o que é seu.

Layne (2018) argumenta que exercer a posição de *hegemon* global implica em um amplo escopo de incumbências, como o estabelecimento de uma ordem econômica internacional, colocar-se como fonte de empréstimos, fornecer uma moeda de reserva, além de estabilizar áreas cruciais para o funcionamento eficaz da economia mundial, em tempos de crises geopolíticas. Ao longo da maior parte do período desde 1945, os Estados Unidos assumiram essas responsabilidades com variação de sucesso. Entretanto, permanece incerto se o país será capaz de manter tal papel no futuro. Neste momento, a China está desafiando os pilares militares, econômicos, institucionais e ideológicos que sustentaram a Pax Americana (termo em latim utilizado para fazer referência a hegemonia estadunidense) o que gera cada vez mais incertezas quanto ao futuro do sistema internacional. Ainda, o conflito deflagra-se em um contexto altamente polarizado, onde conquistar aliados é uma das armas mais poderosas. A construção de parcerias manifesta-se, sobretudo, por meio de investimentos e empréstimos que tais países proporcionam, elementos que os dois Estados vêm elaborando sistematicamente. Tal cenário mostra-se bastante favorável para países, como o Brasil, explorarem a rivalidade atual a seu favor, beneficiando-se de investimentos e de tratados bilaterais que movimentem sua economia (Kalout; Costa, 2022).

Este capítulo possui como objetivo realizar uma análise geral do conflito, buscando dar ênfase em seus principais desdobramentos, assim como analisar a construção da política externa de ambos os agentes, evidenciando a ideologia de sustentação desses sistemas. Intenta-se igualmente verificar como a agenda de política externa de China e Estados Unidos

manifesta-se hodiernamente, através de grandes projetos hegemônicos, como a Nova Rota da Seda. E, por fim, a última seção é reservada para revisar o conflito sob um corte temporal mais recente, sobretudo durante o governo de Donald Trump, em que houve a intensificação das hostilidades.

### 3.1 PANORAMA GERAL DO CONFLITO

No início do século XXI, a China emergiu como um Estado de peso no cenário mundial, não mais como um país que se contenta em ocupar uma posição secundária em relação aos Estados Unidos, mas sim como um competidor desafiador, pronto para disputar a hegemonia global com o Norte. Pecequillo (2011), coloca que os EUA e a China celebraram um amplo acordo em 1972, visando normalizar suas relações internacionais, por meio do "Comunicado de Xangai". Tal tratado marca as primeiras negociações diplomáticas entre as partes, em um contexto de enfrentamento da União Soviética pelas nações ocidentais, onde ambos Estados comprometeram-se a estabelecer o diálogo, unindo esforços contra tentativas de hegemonia na Ásia e reafirmando o *status quo*. Tal acordo foi fundamental para que a China reassumisse seu papel como um importante ator no sistema internacional e se empoderasse frente a tal estrutura.

Historicamente, a China dependia dos EUA como principal mercado para suas manufaturas, enquanto os EUA dependiam da China como credor e fornecedor de mão de obra de baixo custo. O início do século XXI trouxe mudanças significativas com relação ao papel da República Popular da China (RPC) no âmbito da economia global. A abertura comercial acentuada e ingresso das corporações transnacionais ocidentais na China, resultou na implementação de um mecanismo de transferência de tecnologia para as empresas estatais chinesas. Assim, enquanto nas décadas de 1980 e 1990 a indústria do país era predominantemente competitiva devido aos baixos salários, no início do século XXI ela passou a competir com base na alta produtividade da mão de obra, incorporando um número cada vez maior de processos intensivos em tecnologia e inovação (Slipak, 2022). Elementos que alteraram significativamente o *modus operandi* chinês e sua maneira de se posicionar perante a comunidade internacional.

No âmbito dos EUA, a crise de 2008 marca o momento em que o poderio estadunidense começa a perder força. Os pilares que sustentam o sistema construído pelo país, como o poder militar, econômico, instituições e o poder brando, passam a experimentar um crescente desgaste, colocando em dúvida a real capacidade daquele Estado em dar

continuidade a tal ordem. Segundo Roger Altman (Layne, 2018), ex-secretário adjunto do Tesouro dos EUA, a Grande Recessão lançou uma sombra sobre o modelo estadunidense de capitalismo de livre mercado e se tal sistema de fato poderia perdurar de maneira sustentável e funcional. É durante tal período, sobretudo, que se dá a ascensão chinesa, deixando de lado a imagem de país marginalizado e apresentando-se como a mais nova superpotência, com uma enorme capacidade econômica e tecnológica, e como uma alternativa ao modelo ocidental, devido ao seu rápido e intenso crescimento econômico, que refletiu em melhores condições de vida para sua população e nos indicadores socioeconômicos.

Nesse sentido, a força econômica é o maior trunfo da China no palco global. No entanto, a coesão de sua estrutura interna igualmente desempenha um papel crucial e é um elemento chave para a manutenção e sustentação do país em sua posição. Embora o sistema apresente vulnerabilidades inerentes aos regimes autoritários e pouco transparentes e, não seja totalmente alinhado com os valores ocidentais, suas bases estão em sintonia com os pilares da história chinesa e desfruta de legitimidade interna. Sua habilidade de liderança tecnológica, abrangendo desde exportação até a integração de tecnologia na produção de diversos processos, é outro fator que reafirma a relevância do país no cenário global. Esse avanço tecnológico tende a se tornar cada vez mais um elemento influente na dinâmica internacional do país, sendo capaz de alterar inclusive a realidade de outros Estados como o Brasil, através da construção de parcerias e investimentos (Paiva, 2022).

Do ponto de vista financeiro, a China não apenas detém a maior reserva de moeda estrangeira, mas também é o principal credor do Tesouro dos EUA, destacando ainda mais a interdependência dos países. O gigante asiático também lidera uma das primeiras posições em termos de emissão de fluxos de Investimento Estrangeiro Direto (IED), traduzindo seu poderio na formação de alianças e busca por contratos exclusivos, que lhe garantam vantagens econômicas. Nesse contexto, nos últimos anos, a China vem passando por uma mudança significativa em sua base de fabricação, com a redução dos processos que dependem de mão de obra barata, que agora estão se deslocando para outras partes da Ásia, enquanto os processos intensivos em emissões de CO<sub>2</sub> e no uso de combustíveis fósseis estão migrando para a África e a América Latina. Neste cenário, a China está se movendo em direção a uma nova fase, buscando fazer a transição de ser conhecida como a "fábrica do mundo" para se tornar um centro de inovação, sendo pioneira em tecnologias avançadas, robótica, inteligência artificial e, principalmente, em fontes de energia alternativas ao combustível fóssil (Slipak, 2022). Igualmente, os equipamentos chineses estão demonstrando uma melhoria notável em qualidade, assim como seu aparelho bélico, onde os navios de

guerra cada vez maiores e mais avançados, cujas capacidades estão se equiparando, em muitos aspectos, às das embarcações ocidentais (Marcus, 2019).

É nesse cenário que nasce o "sonho chinês". Desde que assumiu o cargo em 2012, Xi Jinping tem promovido ações que prometem restaurar a grandeza das dinastias passadas, conectando-a de maneira profunda com a consciência histórica do povo chinês. A lembrança da perda da grandeza imperial é mantida viva na memória coletiva, pois muitos eventos da história chinesa evocam a humilhação nacional por poderes estrangeiros, o declínio e a adversidade. Vale lembrar que a influência ocidental na Ásia foi estabelecida através da coerção, não do consentimento, resultando em uma dominação não hegemônica (Arrighi, 1996). Essa narrativa coletiva, promovida pelas lideranças do Partido Comunista, contrasta diretamente com o "sonho americano" de busca pela felicidade individual, onde o foco chinês é voltado para a ideia de ganhos em termos de coletividade e nacionalismo. Pontos que servem como fontes de legitimidade para o governo do Partido Comunista (Hein, 2018).

Isto posto, o quadro de rivalidade entre as duas nações já é caracterizado por alguns estudiosos como Guerra Fria do século XX, porém com algumas particularidades quando comparado ao evento anterior, pois a antiga URSS nunca alcançou a mesma magnitude econômica que a China atualmente, e naquela época, os dois países em disputa não estavam tão interligados financeira e produtivamente quanto as duas maiores economias do mundo estão hoje. A China percebe sua ascensão como uma correção de injustiças históricas, devolvendo o país ao lugar que acredita ser seu por direito histórico. Enquanto isso, os Estados Unidos veem Pequim como uma ameaça aos seus interesses estratégicos, sua posição hegemônica na ordem global e como um competidor desleal no campo comercial e tecnológico (Liy; Mars, 2023).

### 3.2 CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA EXTERNA DOS AGENTES

A política externa pode ser entendida como uma política pública em constante evolução, moldada por influências tanto internas quanto externas, que incluem fatores sistêmicos e ações de outros Estados e atores (Kuss, 2020). Ao longo de sua trajetória como Estado-nação independente, China e Estados Unidos desenvolveram políticas externas que refletiram as mudanças nas dinâmicas globais, bem como as aspirações e interesses internos. Ambos os países apresentam políticas externas complexas e em constante evolução, moldadas por uma variedade de fatores, incluindo interesses nacionais, dinâmicas regionais e globais e mudanças nos sistemas políticos internos.

O objetivo deste subcapítulo, é analisar os elementos que auxiliaram na construção da identidade nacional dos agentes e, que conseqüentemente, manifestam-se na estruturação da política externa dos dois países. Observar a construção ideológica dos Estados traz clareza ao analisar como cada ator se posiciona no sistema internacional, sobretudo, em um contexto de disputa hegemônica, assim como a sua forma de inserção nessa ordem.

### **3.2.1 Características da política externa estadunidense**

Partindo do contexto de formação do Estado, observa-se que os colonos que instalaram-se no território que hoje é conhecido como EUA, foram fundamentais na construção da mentalidade que norteou e ainda norteia a concepção de ser estadunidense. Profundamente influenciados pelos pensamentos de John Locke (Silveira, 2023), esses indivíduos pregavam que todos possuíam direitos inatos e inalienáveis, como a vida, a liberdade e a propriedade. Tal concepção guiou a construção de valores daquela sociedade recém-estabelecida, em que o ideal não era apenas nascer livre, mas sim, ser único e distinto dos demais Estados-nação existentes. Os Estados Unidos surgiram assim, como uma nação livre, desprovida do sistema monárquico europeu, buscando promover a ampliação e consolidação do ideal de prosperidade e liberdade. Tal noção integrou-se de maneira profunda ao corpo coletivo estadunidense e deu origem à idealização de uma sociedade "escolhida por Deus" para triunfar (Devine, 1992). A intenção era demonstrar ao mundo a capacidade de uma comunidade nascida no Novo Mundo de estabelecer um governo justo, baseado na reflexão e na escolha. Outro pilar fundamental é que muitos dos indivíduos que migraram para aquelas terras eram em sua maioria protestante, fato que fez com que aquela sociedade se desenvolvesse com uma nova mentalidade, moldada dentro de parâmetros de que aquele grupo era representante de um propósito divino, escolhidos por Deus para criar uma sociedade próspera. A Declaração de Independência, realizada no contexto em que o país deixa de ser colônia britânica, pode ser enxergada como manifestação de tais princípios, onde a mesma prega que todos os homens e nações são criados iguais, dotados de direitos inalienáveis à vida, liberdade e busca da felicidade. Tal postura só foi passível de ser adotada graças ao isolacionismo natural do país, cercado de um lado pelo Oceano Pacífico e por outro o Atlântico, o que colaborou para o êxito da unificação nacional, para autopreservação e para conter a influência europeia (Pecequilo, 2005).

Os valores construídos por aquela sociedade colocados acima, fundamentaram a construção da liderança estadunidense no sistema internacional, atrelando essa ordem a

princípios como a preservação da liberdade, da democracia, do livre comércio e da ordem mundial internacional (Huntington, 1993). Os Estados Unidos, assim, atuaram e seguem atuando no sistema internacional para promover os ideais de democracia e liberdade, em consonância com seus princípios e valores. A promoção destes elementos ocupa centralidade em sua agenda de prioridades externas. Suas ações, por vezes, não são motivadas pela busca de poder, mas sim, pelo compromisso com tais princípios. Portanto, iniciativas consideradas expansionistas, imperialistas ou intervencionistas são justificadas como um direito e uma responsabilidade do país em todas as épocas e contextos (Pecequilo, 2012).

É sob essas circunstâncias que nasce a doutrina do Destino Manifesto, que foi formulada para legitimar a expansão territorial em larga escala, mesmo que isso implicasse em ocasionais uso de violência. Tal princípio reforçava a posição especial dos Estados Unidos e afirmava o direito divino do país de se expandir, com a crença de que isso permitiria a disseminação da liberdade e da democracia em regiões onde esses princípios ainda não existiam. Nesse contexto, há uma mudança de paradigma no governo estadunidense, o país sai do isolacionismo e começa sua expansão interna e, posteriormente, amplia seu projeto para fora de sua soberania. A expansão da economia intensificou tal processo, onde a busca por novos mercados e recursos passou a orientar a ação estatal. Em suma, a expansão era ideologicamente justificada como recompensa justa pelo trabalho árduo do país. Aquela sociedade acreditava que os Estados Unidos possuíam a responsabilidade de levar os benefícios de sua sociedade para outros lugares, o que ficou conhecido posteriormente como o "fardo do homem branco" (Devine, 1992).

Logicamente, a expansão teve início em terras que cercavam os EUA, como a região caribenha. Com a independência das antigas colônias europeias no continente americano, o governo estadunidense encontra uma oportunidade de preencher o vácuo de influência deixado pelos países europeus na região, assim como legitimar e concretizar sua posição superior no continente. Em consequência disso, nasce a Doutrina Monroe, onde os EUA colocaram-se na posição de assegurar a estabilidade e a integridade na região, assim como proteger a mesma de intervenções de fora do continente, com o famoso *slogan* "América para os americanos". Uma das características da política externa estadunidense, que perdura desde então, é a preservação da posição hegemônica do país no continente americano, bem como a proteção e expansão de seus interesses dentro dele. Entende-se, conseqüentemente, que a Doutrina Monroe foi a primeira manifestação da hegemonia dos Estados Unidos, dentro do seu próprio continente (Pecequilo, 2003).

A Doutrina Monroe foi reinventada ao longo do século XIX e deu origem a outro marco da política externa estadunidense, que auxiliou na construção do posicionamento diplomático do país que vemos hoje, o Corolário Roosevelt, sobretudo a política do *Big Stick*. Tal política surge em um contexto onde buscava-se justificar as intervenções militares dos EUA como defensivas e preventivas, não com objetivos imperialistas de anexação de territórios, mas sim sob o propósito de preservar a civilização, a ordem, a estabilidade e o progresso (Aron, 1975). O que caracterizava tal política era a submissão voluntária, onde a primeira abordagem era realizada utilizando de recursos diplomáticos e, caso não houvesse retorno favorável, recorria-se ao uso de violência. Cenário bastante similar ao descrito por Gramsci na formulação do conceito de hegemonia. Tal política serviu de base para o intervencionismo estadunidense, sobretudo na América Central, que depois expandiu-se para outras áreas do continente (Devine, 1992).

Após décadas de hegemonia britânica, os EUA emergiram como o mais novo *hegemon* global no pós-Segunda Guerra Mundial, dando início a Pax Americana. Durante este período, o país empregou seu poder militar e econômico para moldar as ordens internacionais, beneficiando, primordialmente, seus interesses econômicos e geopolíticos. Para alguns autores, como Nye Jr., a Pax Americana perdura devido ao vasto e incomparável poder militar dos Estados Unidos e à sua habilidade de praticar a contenção estratégica, ou seja, de tranquilizar seus aliados e promover a cooperação (Pereira, 2011). O estabelecimento de organizações internacionais, traduzida, sobretudo pela Conferência de Bretton Woods, que estabeleceu um novo sistema financeiro internacional, abriu portas para a institucionalização da ideologia liberal, marco ideológico pregado pelos EUA, em que os organismos que foram criados nesse período, eram regidos por tal óptica. Tal sistema serviu para reafirmar a hegemonia estadunidense, ao passo que criava uma nova ordem mundial à sua maneira (Layne, 2018). Assim, os Estados Unidos foram responsáveis pela construção de uma ordem internacional em correspondência com seus princípios básicos, fundamentada e justificada por meio de instituições econômicas e políticas. Essa estrutura dependeu da habilidade do país em liderar e alcançar um consenso mínimo no sistema internacional. Autores como Kissinger (2015), argumentam que com isso, o objetivo da política externa estadunidense não estava baseado na defesa de interesses específicos daquele país, mas sim em criar uma série de princípios e ambições compartilhadas.

Estudiosos colocam que o poderio estadunidense é nitidamente expresso pela simbiose entre *hard power* e *soft power*. O *soft power*, termo bastante explorado por Joseph Nye (2002), é caracterizado pela persuasão dos demais atores globais, por meio de

ferramentas culturais e simbólicas, para aderirem ou criarem afinidades com as estratégias internacionais propostas pelos EUA. Nesse contexto, busca-se alcançar consenso e cooperação para evitar a necessidade de coerção direta, como exemplificado pelo desenvolvimento da Política da Boa Vizinhança, uma iniciativa voltada para fomentar uma cooperação mais amistosa e menos intervencionista na América Latina, em contraste com as abordagens mais agressivas do passado (Azevedo, 2007). Este conceito, guarda em certas maneiras semelhanças com a dimensão da persuasão e consenso, contida no conceito gramsciano de hegemonia. O *hard power*, por sua vez, é fundamentado em recursos militares e econômicos, manifestado por vezes em forma de violência. As duas dimensões de poder estão integradas, porém o *hard power* é utilizado como último recurso de poder, dando-se preferências a abordagens de *soft power*, muito semelhante a concepção de hegemonia de Gramsci.

Para Pecequillo (2003), embora tenham ocorrido ajustes e adaptações ao longo da história, a política externa dos Estados Unidos manteve diversos aspectos que reproduzem o padrão ideológico que vem sendo executado desde a instauração do Estado independente. O esgotamento do mercado interno, assim como a necessidade de aprovação de agendas governamentais pela sociedade civil, determinou que a política externa fosse direcionada para promover os interesses comerciais, uma tendência que permanece até os dias atuais, que configura-se na adoção e disseminação da política de livre comércio. A liderança dos Estados Unidos é solidificada pelos seus recursos tangíveis de poder, como sua capacidade militar e econômica, e não tangíveis, como suas crenças ideológicas e culturais. Assim, sob a construção desses elementos, o país estabeleceu uma ordem internacional favorável por meio de instituições e regras. Os Estados Unidos desempenham o papel principal nessa ordem que ele próprio construiu, alicerçada no consenso dos demais atores (Pereira, 2011).

### **3.2.2 Características da política externa chinesa**

Durante milênios, a China ocupou o centro de sua própria ordem hierárquica e universal, onde naquele cenário a base de sua unidade política estava diretamente relacionada ao poder ilimitado do imperador e não a igualdade soberana entre Estados, como concebido pelos europeus. A estrutura do aparato estatal chinês apresenta fortes raízes na filosofia moral, segunda a qual governar era tido como uma arte. Tal postura encontrou barreiras na racionalidade ocidental, onde a ênfase na moralidade e sabedoria, acabou deixando o império chinês em desvantagem em relação à Europa, em termos de arte da guerra e atividades

científicas, em períodos imperialistas (Arrighi, 1996). Assim, o Império Chinês contrapunha-se fortemente com a Europa em termos de mentalidade, no sentido do que o mundo externo representava. Para grande parte das civilizações que constituem o que se conhece como Europa, o contexto externo era tido como um meio de acesso a exploração de recursos e conquista de novos territórios, que posteriormente tornariam-se vantagens econômicas, fortalecendo aquele corpo social. Muitas vezes nesse sistema a coexistência harmoniosa não era uma realidade, a rivalidade parecia imperar naquela estrutura. Em contraste, para a civilização chinesa, a prioridade era a manutenção de relações pacíficas com seus vizinhos e não o controle das rotas comerciais e de recursos naturais (Arrighi, 2009).

A forte presença da filosofia confucionista na cultura chinesa é outro elemento que marca a identidade do país nas relações internacionais. O confucionismo preconiza a busca e a promoção da harmonia e de relações pacíficas com entidades, grupos sociais, que compõem um determinado sistema, tanto internamente quanto externamente. O confucionismo foi amplamente difundido entre a elite chinesa nos tempos imperiais e transformou-se em na filosofia do estado e da moral chinesa. "Comparativamente, poderíamos dizer que Confúcio é para China o que Maquiavel foi para o Ocidente no sentido da importância de seu pensamento político" (Júnior, 2013, p. 125). Nesse sentido, de acordo com Jisi Wang (2013), o confucionismo desempenha um papel bastante significativo na política externa chinesa, sobretudo na construção de relações pacíficas com a comunidade internacional. Assim, nota-se que tal princípio confuciano está presente no posicionamento internacional da China, no que diz respeito às suas interações com outros Estados, há séculos. Outro ponto que difere a construção da identidade chinesa da estadunidense, é o regime comunista vivido pelo país. Tal sistema ideológico e político, atendia precisamente às demandas de uma sociedade que buscava abolir antigos sistemas de governo e sistemas de crenças considerados "feudais", enquanto, ao mesmo tempo, devido aos horrores e opressões do imperialismo, não via nos países capitalistas ocidentais um modelo a ser seguido (Lima, 2023).

Hoje, a força política do Partido Comunista Chinês (PCC) e a grande influência do confucionismo, constroem a base orientadora da política externa da China (Junior, 2023). A política doméstica e externa chinesa são consideradas, pelo seu governo, como interligadas e indivisíveis. Para o país, a busca pela construção da paz, reforma e abertura, proteção da dignidade nacional e defesa da igualdade entre Estados são aspectos unificados e indissociáveis uns dos outros. Desde que se estabeleceu como Estado-nação, a República Popular da China preza pelo desenvolvimento de uma política externa autônoma e com base na coexistência pacífica entre as demais nações. Dito isso, o país prega por relações de

igualdade e benefício mútuo, além de fortalecer a unidade e cooperação com os países do Terceiro Mundo, enquanto se opõe ao hegemonismo operante do sistema internacional (Duqing, 1990).

Há dois momentos da história da China que marcam as raízes da política externa e que merecem ser analisados com atenção, são eles: Os Cinco princípios de coexistência pacífica e O Desenvolvimento Pacífico. Os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, caracterizam-se por funcionarem como pilares nos quais o Estado Chinês se apoia para reformar o sistema internacional e orientar suas relações com outros Estados. Os Cinco Princípios nasceram no período pós Guerra Fria durante o governo de Deng Xiaoping e emergiram como pilar essencial da política externa chinesa, servindo como uma estrutura teórica para fomentar o progresso pacífico (Júnior, 2013). A prioridade da China aqui é desenvolver laços mais profundos com nações que ainda não alcançaram o desenvolvimento pleno. Conforme descrito no documento oficial dos Cinco Princípios (2000), esses pontos englobam: 1) Reconhecimento mútuo da soberania e integridade territorial; 2) Compromisso de não agressão entre os Estados; 3) Respeito à não interferência nos assuntos internos; 4) Promoção da igualdade entre os Estados e busca por benefícios mútuos em suas relações; 5) Manutenção da existência dos Estados com base na paz. "Os Cinco Princípios de coexistência pacífica apresentam-se como o oposto da política do poder e da construção de hegemonias pelas potências ocidentais, construindo assim um sistema sempre baseado na igualdade, justiça e paz" (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2000b, p.5). Já o Desenvolvimento Pacífico (2011), criado no governo de Hu Jintao, transmite a ideia de que a China deve seguir desenvolvendo-se e, simultaneamente, buscar promover e fortalecer a paz global por meio de iniciativas de amplo interesse. Além disso, o documento afirma que a China deve adotar uma postura de abertura e buscar aprender com os demais países do sistema internacional, assim como perseguir benefícios mútuos e um desenvolvimento compartilhado com outras nações. Em outras palavras, o Desenvolvimento Pacífico pressupõe a partilha de conhecimento entre nações, uma estrutura política voltada para o progresso independente e receptiva à colaboração com outros Estados. Trata-se de um tipo de desenvolvimento que, em sua implementação, visa promover a paz, a cooperação e o crescimento conjunto (Júnior, 2013).

Dito isso, de acordo com registros oficiais do Ministério de Relações Exteriores da China (2012), a política externa do país fundamentada-se em três princípios que permeiam toda sua atividade internacional e orientam a formulação de suas abordagens estratégicas, seriam eles: a promoção da harmonia, a autonomia nas políticas e o reforço da soberania

estatal. Esses elementos distinguem o modo de inserção do país no sistema internacional e como ele se relaciona e enxerga os demais elementos de tal sistema, divergindo de políticas externas ocidentais, fundamentalmente pautadas no *hard power*. O sistema chinês preza pela simbiose entre nações, assim como pela estabilidade da comunidade internacional. Em suma, o modelo de desenvolvimento da China Moderna estipula que a colaboração entre nações desempenha um papel central no âmbito de sua integração global (Su, 2013). Assim, a princípio, rejeita-se a noção de construir o desenvolvimento através do hegemonismo, da guerra e do colonialismo, elementos fortemente presentes na abordagem internacional do Ocidente, sobretudo dos EUA.

Durante o governo de Mao Tsé-Tung, sobretudo no período pós Revolução Cultural Chinesa, a política externa assumiu uma postura mais crítica e contestadora do *status quo*, fato que implicou em um duplo movimento de emancipação. Internamente, contra os vestígios do feudalismo; externamente, contra a opressão das potências ocidentais. Nesse contexto, conceitos como "humilhação", "emancipação" e "renascimento" eram comumente empregados na narrativa diplomática e na agenda de conduta externa. Com isso, a política externa chinesa ganhou uma nova abordagem ideológica e passou a aproximar-se de nações do Terceiro Mundo, solidarizando-se com a dor desses Estados, que sofreram brutais intervenções externas de países do Norte global (Pecequilo, 2014). Tal momento da história direcionou o posicionamento do país em sua atuação internacional, onde o mesmo apresenta uma abordagem singular para Estados emergentes ou subdesenvolvidos, criando organismos e alianças econômicas, como o BRICS, em alternativa ao sistema vigente .

O atual governante do PCC, Xi Jinping, busca manter as diretrizes que orientam a política externa chinesa há séculos, que se traduzem na busca por objetivos em comum com as nações vizinhas, em advogar por uma nova perspectiva de moralidade e interesses no sistema intencional, além de ser guiado por princípios como valorizar relações de amizade e promover moralidade e justiça (Montenegro, 2019). Autores como Brown (2017), sustentam que a China atualmente divide o mundo em zonas estratégicas, levando em conta quatro elementos principais: laços econômicos, interesses de segurança, tecnologia e propriedade intelectual, e proximidade geográfica. Com base nisso, ela molda suas relações externas com diferentes regiões, considerando como cada uma se alinha com sua grande estratégia internacional. Analisando os elementos da política externa chinesa contemporânea, o autor ainda menciona quatro principais recursos de inserção intencional que a China apresenta, sendo eles a disponibilidade de investimentos, numerosa população, promissoras capacidades militares e influência cultural. Tais elementos foram determinantes para a alocação e posição

ocupada pelo país na estrutura mundial. Nesse contexto, os chineses defendem que não advogam por uma abordagem pragmática, focada em resultados, e afirmam que não difundem ideologia, como as potências ocidentais.

### 3.3 NOVA ROTA DA SEDA

Tendo como ponto de partida o contexto de disputa hegemônica e a noção dos pilares que sustentam a política externa da China, faz-se importante analisar um dos maiores projetos de política externa chinesa das últimas décadas para melhor compreensão de como tal país tem se posicionado no SI atualmente.

Anunciada em 2013, pelo presidente chinês Xi Jinping, a Iniciativa *Belt and Road* (BRI) ou em português Nova Rota da Seda, é um ambicioso projeto de desenvolvimento e conectividade entre China e o mundo exterior. O objetivo é aproximar o país do Ocidente, ao conectar a Ásia, África e Europa por meio de redes terrestres e marítimas, visando aprimorar a integração regional, assim como incrementar o comércio e fomentar o crescimento econômico, aproximando fornecedores de matérias-primas e mercados consumidores (Miller, 2021). A América Latina também está sendo incluída no projeto, onde países como Brasil e Argentina vêm sendo alvos de ofertas para receber investimentos em suas estruturas. Hoje, a BRI é a maior iniciativa de promoção de financiamento bilateral a nível mundial com relação ao desenvolvimento de infraestrutura, somando cerca de US\$ 2 trilhões de investimentos em seus mais de dez anos de atuação (Hotham, 2023). Além de ser uma poderosa ferramenta de política externa do governo chinês, também pode ser compreendida como uma proposta de globalização aos moldes do país asiático (Pautasso, 2021).

Para além de fornecer investimentos para países em desenvolvimento, a BRI surgiu como um sistema de rápida execução, sem fortes padronizações de políticas ambientais, sociais e de governança (Canuto, 2023). Para colocar o projeto em funcionamento, a China mobilizou uma ampla gama de bancos públicos e privados. Além disso, estabeleceu fundos específicos de financiamento e incentivou a participação de bancos multilaterais de desenvolvimento nesse processo. Como resultado, houve um fluxo significativo de capital chinês para fora do país, com grande potencial de impactar positivamente as economias dos nações hospedeiras dos projetos BRI, embora também possam surgir contradições e efeitos colaterais desse movimento, como dependência externa e subordinação de outros atores ao capital chinês (Wong, 2023).

Os investimentos da BRI concentram-se, sobretudo, no âmbito de desenvolvimento de infraestrutura, através da construção de rodovias, portos, ferrovias, unidades geradoras de energia, redes de internet, entre outros (Miller, 2021). A título de exemplo, até 2018, os empréstimos chineses concentrados, sobretudo nos ramos de infraestrutura e energia na América Latina e no Caribe, superaram valores disponibilizados pelo Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) para a região. Tendência semelhante foi observada também na África. A crise da Covid-19 desencadeou em uma nova etapa da BRI, onde desde 2020 grande maioria dos empréstimos passaram a ter caráter emergencial, cuja prioridade era e, de certa forma continua sendo, impedir que projetos antigos estagnassem em países de média e baixa renda. Estas nações configuram-se como os maiores destinos dos empréstimos chineses, onde cerca de 80% do valor total é empregado em tais agentes (Canuto, 2023).

Keith Johnson (2021) coloca que a China vislumbrou uma dupla oportunidade com a Nova Rota da Seda. Por um lado, era uma maneira de exportar o excesso de capacidade produtiva chinesa, dentro de um contexto de redução do crescimento do PIB, assim como garantir recursos naturais e mercado consumidor para suas mercadorias. E, por outro lado, representava uma oportunidade para transformar o crescente poder financeiro da China em um instrumento de geopolítica. Assim, entende-se que o projeto configura-se em um mecanismo de *soft power* para o governo de Xi Jinping, no qual Pequim promoveu a iniciativa como um meio de favorecer as empresas chinesas, estimular a economia e elevar a reputação internacional do país. Além disso, o país asiático posicionou-se como líder do Sul Global, sendo uma potência em ascensão capaz de moldar o sistema internacional, não apenas pelo financiamento de projetos de infraestrutura, como também por patrocinar intercâmbio de estudo em universidades chinesas, com foco na imersão na cultura do país (Wong, 2023). A Nova Rota da Seda é promovida como uma iniciativa da qual todos podem se beneficiar com a conectividade, por meio de uma diplomacia de *win-win*, onde todas as partes envolvidas se beneficiam.

Diante de tal cenário, entende-se que a China, ao ser a preferência primária de muitos países de renda média e baixa para empréstimos, através da Nova Rota da Seda, emergiu como o principal credor global. Tal conjuntura pode deflagrar no que alguns estudiosos chamam de "armadilha do endividamento", situação caracterizada pelo acúmulo de quantidade substancial de dívida externa que se torna cada vez mais difícil de pagar, pois não se tem dados acerca da escalada real da dívida, devido ao fato de que muitas dessas informações são mantidas em sigilo. O país rejeita a ideia de cancelamento da dívida, mesmo

em caso de vulnerabilidade do credor, o que leva críticos a acreditarem que o país asiático conduz Estados não ricos a comprometerem-se com projetos onerosos, o que poderia ocasionar na China assumindo o controle dos ativos oferecidos como garantia. Para essa linha de pesquisadores, a BRI pode configurar-se, dessa maneira, em uma ferramenta de intervenção na soberania de outros Estados. (Wong, 2023). Grande parte dos empréstimos realizados já entraram em fase de pagamento e, o ponto que chama atenção é o contexto em que tal quitação se dá, onde as taxas de juros estão aumentando, o dólar americano está se valorizando e o crescimento econômico global está desacelerando. Tal cenário coloca o gigante asiático na posição de maior cobrador de dívidas a níveis mundiais e os devedores em situação desfavorável (Canuto, 2023).

Com isso, ao longo de seus onze anos, a Iniciativa foi alvo de numerosas críticas com relação a seus *modus operandi*. A falta de transparência dos empréstimos, assim como as altas taxas de juros e vencimentos de curto prazo são pontos que deixam o mundo atento para a estratégia chinesa de inserção internacional. O projeto também é acusado de contribuir para a corrupção local, acentuar os problemas ambientais, explorar a mão de obra, além de não cumprir as promessas de gerar empregos e prosperidade para as comunidades locais, causando uma repercussão negativa (Wong, 2023). Apesar disso, segundo o *Think Tank* estadunidense *Pew Research Center*, nos últimos anos, a iniciativa chinesa foi capaz de moldar positivamente a opinião pública de Estados soberanos ao redor do mundo, possibilitando que tais agentes ampliassem escopo de ação conjunta com a China, amenizando as polaridades no conflito EUA e China, onde os países do Sul Global optam, muitas vezes, por não tomar partido na rivalidade entre os agentes (Silver, 2023).

O esforço liderado pela China de integração a níveis globais, além de refletir a mudança no equilíbrio de poder global, gera tensões diretas com os EUA e demais potências ocidentais. Como meio de tentar reagir à altura, os países do G7 anunciaram o lançamento de um projeto concorrente à Iniciativa da Nova Rota da Seda, chamado de *Build Back Better World*, que ainda não foi implementado (Scull, 2022). Estes são sinais do declínio da influência dos EUA e, certamente, representam um desafio à Pax Americana. Layer (2008), argumenta que fica evidente a incapacidade de Washington em impedir os planos da China de estabelecer a Iniciativa, apesar dos esforços. O governo Barack Obama (2009-2017) não conseguiu deter o projeto, ao lançar uma intensa campanha diplomática para persuadir aliados-chave a se afastarem da Iniciativa.

### 3.4 BUILD BACK BETTER WORLD

*Build Back Better World*, também conhecido como B3W, ou em português Construir um Mundo Melhor, configura-se em uma iniciativa dos países que compõem o G7 (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos), em construir uma agenda de recuperação econômica para países em desenvolvimento, sobretudo no período pós pandemia de Covid-19, através de investimentos em infraestrutura (Miller, 2021). A iniciativa ainda ambiciona conciliar tal proposta com desenvolvimento sustentável, sob baixas emissões de carbono, através das cooperação com metas climáticas como o Acordo de Paris, *Global Gateway* e *Clean, Green Initiative* (Scull, 2022). Lançado em 2021, o projeto nasce em meio à intensificação das ofensivas chinesas e, apresenta-se como uma alternativa a outros modelos de investimento liderados por Estados, como a BRI. Apesar de ser formado pelos países do G7, a atuação dos EUA se sobressai nesse contexto, por conta do seu status singular dentro do sistema internacional e de sua rivalidade direta com a China e, assim, o país deve realizar doações mais expressivas no contexto da iniciativa. Desse modo, o B3W pode ser entendido como uma ferramenta da política externa estadunidense, que vive em um contexto de disputa hegemônica com o gigante asiático, e busca através do projeto, aliados ao redor do mundo (McKeown, 2022).

O plano possui alcance global e é voltado para suprir as significativas carências de infraestrutura em países de baixa e média renda, com enfoque em esferas como segurança sanitária e saúde, mudança climática, tecnologia digital e promoção da igualdade de gênero. Segundo a Casa Branca (2021), os países em desenvolvimento enfrentam um déficit de infraestrutura de US\$ 40 trilhões, que os parceiros do G7 e outras democracias importantes buscam reduzir. Apesar das lacunas de detalhes no momento, a ênfase aparente é em países de baixa, média renda e em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que sugere a exclusão de parcerias com países europeus, do Oriente Médio e da Ásia que fazem parte da BRI (Miller, 2021). Enquanto a Iniciativa chinesa está focada exclusivamente na infraestrutura física, o B3W abrange não apenas esta dimensão, como também o âmbito do desenvolvimento humano, através da distribuição de vacinas e educação voltada estritamente para mulheres.

O B3W busca seguir seis princípios básicos, que configuram-se em boa governança e padrões sólidos, clima amigável, parcerias estratégicas fortes, mobilização de capital privado por meio do financiamento do desenvolvimento, aumento do impacto do financiamento público multilateral e, por último, orientação moral (Miller, 2021). A ênfase na boa governança, na responsabilidade ambiental e no compromisso com a transparência, busca

criar uma nítida distinção com outros modelos de financiamento. O governo dos EUA destacou que tais princípios norteadores do projeto diferenciam-se significativamente dos vistos na Iniciativa da Nova Rota da Seda, que são conhecidos pela "falta de transparência, baixos padrões ambientais e trabalhistas, e abordagem coercitiva" (Holland; Faulconbridge, 2021).

Com relação ao financiamento do B3W, a iniciativa pretende mobilizar parcelas substanciais de capital privado, além de contar com o suporte de instituições como *U.S. International Development Finance Corporation*, *Millennium Challenge Corporation* e a Agência de Comércio e Desenvolvimento dos EUA, sobretudo em ações com atuação direta do país (Casa Branca, 2021). A proposta também visa a utilização de recursos públicos de maneira estratégica. O cenário difere da opção pelo financiamento da dívida através das instituições de empréstimo, empregada pela da China no âmbito da BRI.

A iniciativa encontra alguns entraves internos que ainda necessitam ser definidos pelos agentes. Um deles diz respeito à incerteza da aceitação de todos os membros do G7 ao fato dos EUA serem o principal associado do B3W, tendo em vista a evidência do uso da iniciativa pela potência norte-americana como instrumento para medir influência com a China e, mais diretamente, com a BRI. Dentro desse cenário, é necessário compreender se os membros do grupo apoiarão à postura do Presidente Joe Biden frente à China, pois não há um consenso entre as partes, tendo em vista que a grande maioria dos países que compõem o Grupo dos Sete, possui vínculos consideráveis com o país asiático, seja por meio de investimento ou pela adesão a BRI, como é o caso da Itália (Miller, 2021). Apesar da iniciativa ter sido formulada durante o governo de Donald Trump, Joe Biden mostrou-se decidido em promover a B3W, pois ela atenderia a várias necessidades políticas do país, incluindo a luta contra as mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que gera apoio ao multilateralismo e a cria uma alternativa à China (Scull, 2022).

O plano é ambicioso e ainda é necessário que se traduza em políticas efetivas para ser consolidado como um projeto capaz de competir no mesmo nível que a BRI, que já encontra-se fortemente estabelecida. As partes envolvidas ainda não divulgaram oficialmente um prazo para a implementação do B3W. Nesse sentido, Miller (2021) coloca que,

Embora as práticas trabalhistas da China e as condições de empréstimo concedidas aos países beneficiários do BRI tenham sido criticadas, não está claro se uma abordagem de parceria de infraestrutura transparente e orientada por valores defendida pelo B3W repercutirá nos governos de países de baixa e média renda. Há também a questão de como e até que ponto a enorme necessidade de infraestrutura de US\$ 40 trilhões nos países em desenvolvimento será atendida pelos mercados de capital privado no caso do B3W. Além disso, a identificação e o financiamento de projetos serão muito mais difíceis de coordenar entre os parceiros de implementação

do B3W em comparação com o caso da China, onde a maior parte do financiamento para os projetos do BRI vem do governo (Miller, 2021, p.7).

### 3.5 CONTEXTUALIZANDO O CONFLITO A PARTIR DO GOVERNO TRUMP

Durante o governo de Donald Trump (2017-2021), a política externa estadunidense foi caracterizada por um certo isolacionismo, marcada pelo distanciamento em relação às organizações multilaterais e até mesmo aos aliados tradicionais do país, como Alemanha e França, e por um forte protecionismo com relação à economia nacional. É nesse contexto que deflagrou-se a assim chamada "Guerra Comercial com a China". Desde a eleição do republicano, houve um consenso no Departamento de Estado dos EUA junto a outras entidades políticas e intelectuais do país, que o principal desafio dos EUA já não era mais conter o "terrorismo" priveniente do Oriente Médio, ou "eixo do mal" como chamava George Bush, mas sim a China, que a cada dia ameaça mais a hegemonia estadunidense no sistema internacional (Costa, 2023). Sob pretexto de proteger a indústria local e reduzir o déficit comercial com a China, Trump anunciou em 2018, tarifas sobre produtos importados do país asiático, o que impactou significativamente as relações bilaterais entre os agentes (Khan, 2021). Essas medidas tinham como objetivo dificultar a entrada de produtos chineses nos EUA, fomentando assim a produção interna. Em resposta, o governo chinês impôs tarifas sobre produtos estadunidenses como uma forma de retaliação (Trevizan, 2019). Trump também ordenou o fechamento de determinados consulados chineses em território nacional, sob justificativa de espionagem, e a China respondeu a altura, ordenando o fechamento de algumas dessas estruturas em seu país. No ano seguinte, os Estados Unidos estenderam essas tarifas para outros produtos chineses, somando um valor de 360 bilhões de dólares, enquanto a China retaliou com tarifas equivalentes ao valor total das compras nos EUA, totalizando 110 bilhões de dólares, o que reduziu o déficit comercial às custas do mercado interno. A pandemia do coronavírus serviu de catalisador desse cenário, intensificando as tensões, numa tentativa de encontrar culpados, resultando em desconfianças mútuas.

A estratégia do então presidente estadunidense consistiu em aumentar abrupta e repentinamente as tarifas de importação sobre produtos chineses, ao mesmo tempo em que conduzia uma campanha tanto nacional quanto internacional contra empresas chinesas de tecnologia, fundamentais na cadeia de fornecimento da tecnologia 5G. Embora empresas estadunidenses estejam presentes em certos segmentos dessa cadeia, elas não oferecem uma solução tecnológica completa. O embate entre Washington e a gigante de tecnologia chinesa

Huawei, no momento em que onde Trump estabeleceu uma restrição à compra de produtos da empresa, ilustra preocupações mais abrangentes em relação ao setor de alta tecnologia da China, incluindo questões de roubo de propriedade intelectual, vendas ilegais ao Irã e atividades de espionagem (Marcus, 2019). No cerne desse cenário, está o receio de que a China em breve possa controlar tecnologias fundamentais para o futuro, como a internet, veículos autônomos e inteligência artificial. Diante disso, Trump igualmente introduziu a iniciativa *Blue Dot Network*, visando estabelecer padrões de alta qualidade para projetos de infraestrutura e tecnologia que atraíssem investidores privados e conquistassem a adesão de vários países. Da mesma forma, lançou a iniciativa *Clean Network*, com o objetivo de conter a dominação chinesa no setor de tecnologia móvel de 5G avançada. Esta ação não só poderia criar uma divisão entre os EUA e outras nações, mas também representava uma séria ameaça à segurança internacional (Johnson, 2021). Nesse contexto, a China capitalizou aspectos do conturbado período de Trump a seu favor. A retirada dos Estados Unidos de instituições multilaterais e debates internacionais abriu caminho para um aumento do protagonismo chinês na defesa da ordem global.

Diferentemente de Trump, o atual presidente dos EUA, Joe Biden, demonstra uma genuína preocupação com a possibilidade de o modelo autoritário da China prevalecer. Ele manteve e fortaleceu as proibições impostas por Trump de realizar negócios com a Huawei e uma extensa lista de empresas de tecnologia e afiliadas militares. Priorizou o enfrentamento com a China nas negociações com aliados em todo o mundo, buscando parceiros duradouros, ao passo que busca ampliar a influência dos Estados Unidos externamente. Com o intuito de tornar o país independente da tecnologia chinesa e autossuficiente nesse setor em níveis nacionais, foi criada a Lei de Inovação e Competição dos Estados Unidos, que envolve um grande volume de investimentos em tecnologia, para melhorar a competitividade do setor no país. Essa legislação destina US\$ 52 bilhões para impulsionar a pesquisa e a fabricação de semicondutores nos Estados Unidos, além de US\$ 29 bilhões para um novo fundo de ciências aplicadas que apoiará projetos em materiais avançados, robótica, inteligência artificial e outras tecnologias (Haro, 2021).

A administração Biden não apenas prosseguiu com a "guerra econômica" iniciada por Trump contra a China, mas também a intensificou em determinada medida. Nesse sentido, Biden tem procurado enfraquecer o poderio chinês na região do Pacífico, através da criação de programas de parcerias com outros Estados, sobretudo no âmbito militar e de segurança, como o AUKUS, aliança militar e tecnológica entre EUA, Reino Unido e Austrália, e QUAD, Parceria Quadrilateral sobre Segurança entre Estados Unidos, Índia, Austrália e

Japão. Durante o ano passado, a relação bilateral das partes voltou a deteriorar-se, devido a acusações de espionagem feitas ao governo chinês, devido à ocorrência de um "balão espião" sobrevoar o espaço aéreo estadunidense (Usher, 2023). Tendo em vista o cenários de eleições estadunidenses deste ano, Trump, que visa se reeleger, reiterou a promessa que irá implementar tarifas de 10% sobre todas as importações dos EUA e de mais de 60% sobre produtos chineses, retomando assim a guerra comercial que começou durante seu primeiro mandato, caso saia vencedor das eleições (Amâncio, 2024).

A questão da autonomia de Taiwan também é mais um dos impasses entre os dois governos, onde a China contesta o domínio sobre aquele território e os EUA apoiam as forças separatista, fornecendo auxílio militar, além de um terem firmado um tratado em 1979, que obriga o país a intervir na ilha, caso a mesma seja atacada por forças externas. Isso se deve ao fato de Taiwan ser o principal produtor global de semicondutores, que são essenciais para a inteligência artificial e todas as atividades ligadas à computação, incluindo a fabricação de armamentos militares (Amaral, 2023).

Outro mecanismo de enfraquecimento de nações hostis a Washington, implementado durante o mandato de Biden, foi a chamada "bomba-dólar", que pode ser descrita como uma série de ações destinadas a desconectar os laços financeiros de um país do sistema global. Torres Filho (2019), coloca que "trata-se de uma arma que militariza a centralidade que a moeda americana ocupa no mercado financeiro internacional". Tal sistema pode incluir a restrição do acesso a transações financeiras denominadas em dólar, bloqueio de ativos em tal moeda, ou outras medidas que visam afetar adversamente a economia do país alvo. Assim, a estratégia é muitas vezes utilizada como uma forma de coerção política ou econômica. A teoria monetária convencional coloca a moeda como um instrumento neutro, onde seu papel é responsável apenas por realizar transações financeiras e, nesse contexto, seu papel passa a ser um instrumento de coerção, onde o mesmo é utilizado como meio de sancionar outro Estado, como é o caso do que ocorre com a Rússia, devido a deflagração da guerra com a Ucrânia. Tal sistema já havia sido utilizado anteriormente contra o Irã, onde o acesso ao dólar foi interrompido, causando fortes danos para aquela economia. Os Estados Unidos têm a capacidade de impor sozinhos um bloqueio financeiro, e conseqüentemente comercial, a um país específico. Isso é possível devido à hegemonia do dólar e é uma prerrogativa exclusiva dos EUA, que não pode ser replicada por nenhum outro país. O autor ainda coloca que a perda desse benefício estratégico pelos estadunidenses só poderia ocorrer se houvesse uma coordenação entre as demais potências que resultasse numa alteração na maneira como os mercados e a riqueza global funcionam. É o que em certa medida a China está tentando

realizar, buscando aproveitar-se deste cenário e da imprevisibilidade do dólar como meio de reserva, ao introduzir sua moeda como uma alternativa segura e confiável para realizar transações financeiras. Muitas transações entre empresas brasileiras já são hoje, feitas em renminbi, por exemplo (Lissardy, 2023).

Pode-se observar que a China responde às retaliações estadunidenses na mesma altura, buscando superar os obstáculos criados pelo Ocidente por meio da implementação de abordagens alternativas. Em tais cenários, o país identifica oportunidades para reforçar sua posição no âmbito internacional e vem conseguindo, com sucesso, colocar-se como um sistema alternativo ao estadunidense. Pesquisadores argumentam que a China não conseguiu alterar a orientação ocidental de muitos países, mas conseguiu deslocar a balança para uma posição intermediária, um feito bastante significativo em termos diplomáticos para Pequim. Ainda não se tem dimensões concretas das consequências das políticas internacionais contemporâneas adotadas pelo país e se o mesmo se mostrará um sistema oposto aos EUA, ou se não será tão diferente em termos de imperialismo e dominação, tendo em vista as condições em que realiza parcerias com o mundo. Alguns pesquisadores colocam em pauta possíveis pressões econômicas que países receptores de empréstimos e investimentos chineses podem sofrer e, que isso, pode levar os governos estrangeiros a sentirem-se compelidos a alinhar-se com a agenda de Pequim, a fim de evitar que a China retire seus investimentos (Wong, 2024). Cenário que será confirmado ou negado no futuro, assim como a manutenção da hegemonia estadunidense.

O conflito entre China e Estados Unidos apresenta impactos significativos para todo o mundo, inclusive para a América Latina, especialmente em termos de comércio e investimentos. Ambos países são os principais parceiros comerciais da região e as tensões entre eles geram desafios para os países latinos, que encontram-se em uma posição delicada de equilíbrio entre essas potências. Para o Brasil, especificamente, o cenário internacional atual configura-se em um desafio para a diplomacia do país. De um lado, tem-se o maior aliado da história da política externa brasileira e o principal investidor no país, de outro, o maior comprador de *commodities* do Brasil e principal parceiro comercial. Apesar de ser um cenário delicado em termos de condução de política e alinhamento ideológico, o histórico de neutralidade nas relações exteriores brasileiras pode ser o caminho para o sucesso desse impasse. Além disso, o contexto mostra-se extremamente favorável para a maior economia da América Latina explorar o que ambos países têm a oferecer com relação a investimentos e transferência de tecnologia, através da adoção de uma política neutra ou até mesmo pendular, em termos de alinhamento.

## 4 O BRASIL NO CONTEXTO DO CONFLITO HEGEMÔNICO

No início do século XXI, uma série de mudanças significativas ocorreram no contexto econômico e político global. As nações centrais começaram a perder sua importância relativa na economia mundial, ao mesmo tempo em que Estados periféricos emergiram com maior destaque tanto econômico quanto político. Segundo Vigevani (2011), os eventos ocorridos nas últimas duas décadas, como o fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética, contribuíram para a diminuição da influência das potências do Norte, em particular os Estados Unidos, enquanto fortaleceram o papel de nações antes consideradas periféricas, como a China, Índia e até mesmo o Brasil. Tal mudança no panorama global modificou a direção da política externa brasileira, incentivando uma maior diversificação das parcerias internacionais, sobretudo, nas duas últimas décadas (Lima, 2019).

Para o Brasil, assim como para outros países periféricos, o desenvolvimento econômico é prioridade na agenda governamental e a busca por parcerias internacionais pode desempenhar papel importante em tal dinâmica. Nesse sentido, até o fim da Guerra Fria, o país permaneceu fortemente alinhado aos Estados Unidos, relação essa que remonta o período de independência brasileira e que completa neste ano o marco de 200 anos de relacionamento interestatal. Tal posicionamento refletia a convicção do Brasil de que para alcançar o desenvolvimento econômico, era necessário formar uma estreita aliança com a potência hegemônica, garantindo, dessa forma, o respaldo externo para iniciativas de crescimento interno, tornando-se assim, um ponto central da política internacional brasileira (Maior, 2001). No entanto, os EUA não compartilhavam dessa visão, pois nunca considerou o desenvolvimento econômico das nações periféricas como uma prioridade, sobretudo de regiões tidas como subordinadas a seu poder, o que resultou em um relacionamento onde o desalinhamento de interesses é marcante:

A América Latina não fazia jus a mais do que uma ajuda econômica modesta e a uma cooperação militar suficiente para alimentar a contínua simpatia das respectivas forças armadas pela luta contra o comunismo. Em suma, para Washington, tratava-se, como no passado, de assegurar que nada ameaçasse a preeminência americana na região, enquanto para o Brasil, o problema do desenvolvimento econômico passava a ocupar o primeiro plano (Maior, 2001, p. 56)

Após o término da Guerra Fria, o contexto internacional foi marcado pela necessidade de encontrar novas estratégias de desenvolvimento econômico em um mundo livre do antigo arranjo bipolar. Como plano de fundo de tal cenário, tem-se o esgotamento do modelo de substituição de importações nos anos 70 e a crise da dívida externa, deflagrada na década de 80. Com isso, houve a necessidade do Brasil diversificar suas alianças, sobretudo no âmbito

dos países emergentes, cuja influência aumentava no sistema internacional. Igualmente, fez-se necessário a adoção de um modelo de crescimento econômico que fosse ao encontro do novo cenário global e, que igualmente, fosse capaz de superar as turbulências da década anterior (Reis da Silva, 2012). Assim, o Brasil redirecionou sua política externa ao priorizar a construção de novas parcerias estratégicas, orientando sua atenção para a Ásia como o novo *locus* do crescimento econômico global. A convicção de que os EUA poderiam perder sua influência política e econômica numa perspectiva futura, igualmente levou o país a adotar uma postura mais receptiva e flexível com o surgimento de novos atores e potências no cenário internacional. Nesse contexto, a região asiática, com destaque para a China, tornou-se não apenas um mercado estratégico para os produtos brasileiros, como também uma fonte estratégica para possível cooperação tecnológica, política e financeira. De acordo com Júnior e Ribeiro (2013), a China demonstrou claro interesse em reforçar sua cooperação com o Brasil, aproveitando a complementaridade econômica que existe entre as duas economias, expandindo, assim, as áreas de cooperação (Vigevani, 2011). Além disso, hodiernamente o cenário internacional favorece a cooperação espontânea entre os dois Estados, tendo em vista que a potência em ascensão, e possível futuro *hegemon*, é um país proveniente do Sul global, que igualmente vem transformando sua infraestrutura por meio do desenvolvimento econômico e que está mais alinhado com a realidade e, por vezes, aos interesses brasileiros.

Com isso, o Brasil alinhou-se às ambições econômicas e políticas chinesas, sobretudo, em um contexto de vácuo de poder deixado pelos EUA na região da América Latina, passando a ser mais um elemento na agenda bilateral e de disputa hegemônica entre China e Estados Unidos. A dinâmica de poder na América Latina torna-se igualmente mais complexa com o Brasil emergindo como um ator regional de destaque. O país está entre as 10 maiores economias do mundo, além de ser membro G20, que reúne as vinte principais economias globais e de ser membro ativo de organizações multilaterais, como as Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), ademais de seu significativo peso geopolítico na América do Sul (Oviedo, 2014).

Dito isso, o objetivo deste capítulo é analisar a relação entre Brasil e as duas superpotências, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, pontuando a maneira como esses relacionamentos foram construídos, assim como os princípios e valores que norteiam a formulação de políticas entre os agentes. Além disso, faz-se necessário verificar de que forma essas relações contribuem para o desenvolvimento econômico brasileiro, por meio de acordos de cooperação, investimento direto, níveis de comércio e como cada país prioriza o Brasil como um parceiro estratégico.

#### 4.1 RELAÇÃO ESTADOS UNIDOS E BRASIL

As relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos remontam a 1824, quando os EUA foi o primeiro país a reconhecer a Independência do Brasil, ocorrida dois anos antes (BRASIL, 2024). Nesse sentido, a política externa brasileira com relação aos EUA manifestou-se sob a construção de duas linhas ideológicas, que se configurou em momentos de autonomia, representando uma política externa independente e em momentos de alinhamento, caracterizado por uma aliança especial (Pecequillo, 2008). Dito isso, a política de alinhamento com os EUA remonta a instauração da República no Brasil, quando o então ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, formou uma aliança forte com o país norte-americano, no intuito de intensificar a exportação de produtos agrícolas brasileiros. A ascensão estadunidense como provável novo *hegemon*, consolidou os laços entre os atores e posicionou os EUA como principal mercado para os artigos brasileiros, sobretudo o café e a borracha, assim como principal parceiro comercial e político. O período da Primeira Guerra Mundial, onde o Brasil esteve ao lado dos EUA, representou a expansão do investimento do último em setores-chave da economia brasileira, como telecomunicações, mineração e ferrovias, que anteriormente haviam sido desenvolvidos com capital britânico (Borba, 2011).

O encerramento da República Oligárquica no Brasil representou um momento significativo para a consolidação e ampliação dos interesses dos Estados Unidos, complexificando a economia brasileira através do ingresso de grandes companhias estadunidenses no mercado nacional. Tal contexto resultou no aumento exponencial dos níveis de investimentos estadunidenses no país, passando de US\$ 50 milhões em 1913 para US\$ 476 milhões em 1929 (Oliveira, 2021). Apesar da melhoria dos indicadores econômicos do Brasil, tal período pode ser entendido como aprofundamento da dependência assimétrica entre a economia brasileira, altamente especializada e instável, e o capital norte-americano, em um momento de expansão imperialista.

A expansão fordista, ou do americanismo, consolidará as relações entre os EUA e o Brasil ao longo das seis primeiras décadas do século XX. Nesse contexto, ocorre também uma forte influência e solidificação da cultura estadunidense dentro do corpo social brasileiro, onde a indústria cinematográfica hollywoodiana passa a ter grande prestígio e valor no país, além da difusão de ideologias de ensino e estilos musicais. A introdução do automóvel igualmente remonta esse período, ocasionando na vinda de montadoras estadunidense para o Brasil, moldando assim, uma série de políticas pública e até mesmo projetos de infraestrutura nacional, como no investimento em construção de estradas ao invés

de ferrovias, que seriam mais eficientes em termos de rapidez e capacidade de carga (Borba, 2011).

Durante a Segunda Guerra Mundial, diante do contexto de rivalidade e disputa por influência entre EUA e Alemanha, a Política da Boa Vizinhança, implementada pelos Estados Unidos, sob a liderança de Franklin Delano Roosevelt, foi estrategicamente utilizada para consolidar a influência estadunidense na América Latina. Esta política não apenas facilitou o acesso ao mercado consumidor brasileiro, como também foi essencial para estabilizar os governos da região e impedir a infiltração de influências europeias, reforçando assim, a posição de liderança dos EUA no hemisfério. Durante esse período, o Brasil adotou uma política de "equidistância pragmática", buscando fortalecer laços comerciais tanto com os EUA quanto com a Alemanha. Tal estratégia permitiu ao governo de Getúlio Vargas (1930-1945) capitalizar benefícios que as duas nações podiam oferecer, utilizando o cenário conflituoso a seu favor. O objetivo principal de Vargas era assegurar recursos estrangeiros que possibilitassem a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), considerada essencial para impulsionar o desenvolvimento econômico do país por meio da industrialização. Com isso, os EUA financiaram a construção da CSN, com o intuito de obter apoio do Brasil na guerra, desenvolvendo assim uma parceria altamente estratégica com o país sul-americano (Oliveira, 2015).

Ao longo do século XX, observou-se, sobretudo, momentos de alinhamento entre os dois países, com exceção do governo de João Goulart (1961-1964), que ambicionava a diversificação em termos de cooperação internacional e a construção de uma política externa independente. A presença da influência dos EUA na região oscilou entre doses de persuasão (*soft power*) e interferência, destacando-se o período militar e a intervenção estadunidense nos assuntos políticos dos países da América Latina, sob o argumento da contenção do perigo comunista.

Com a retomada da democracia nos anos 1980 na maior parte dos países latino americanos, o status dos Estados Unidos como maior economia global, influenciou a estratégia de política externa brasileira, que visava manter o país norte-americano como seu principal parceiro comercial. Isso refletia-se tanto na ambição por investimento direto estrangeiro (IDE) quanto na intensificação das transações comerciais. Nesse mesmo período, o país passou pela liberalização comercial, que representou um marco crucial na trajetória econômica do Brasil, caracterizando-se pelo fim das políticas protecionistas do governo em relação à indústria nacional, política essa herdada do período de substituição de importações (Oliveira, 2021). Assim, a postura adotada pelos chefes de Estado brasileiros naquele

contexto, foi, sobretudo, de alinhamento com os EUA, como visto no mandato de Fernando Collor de Mello (1995-2002). A partir desse período, a lista de produtos exportados pelo Brasil para os Estados Unidos passou a ser majoritariamente composta por itens básicos e de baixo valor agregado. Tal mudança na pauta de produtos exportados, refletiu uma transformação estrutural no papel do Brasil, no que diz respeito ao comércio global (Pecequillo, 2008). O processo de subordinação aos interesses dos EUA seria aprofundado a partir dos programas de ajustamento estrutural durante o governo Fernando Henrique Cardoso, acoplando definitivamente a economia brasileira aos programas de desregulamentação e abertura contidos na cartilha neoliberal "incentivada" pelo poder estadunidense por meio das instituições financeiras multilaterais (Coelho, 2012).

Já nos primeiros mandatos do governo Lula, a política externa adotou uma nova estratégia internacional, incorporando uma postura mais autônoma e mais assertiva com relação à limitação de influência dos Estados Unidos, onde o presidente buscou fortalecer e diversificar a cooperação Sul-Sul. É nesse período que a China ascende como maior parceiro comercial do Brasil, indo de encontro ao mandato de George Bush (2001-2009), em que a América Latina não fazia parte das prioridades estadunidenses em termos de política externa, ocasionando um vácuo de influência deixado pelo governo dos EUA na região. Tal posicionamento visava romper com posturas percebidas como submissas e alinhadas aos interesses dos Estados Unidos, especialmente observadas durante os anos 1990 (Lima, 2019). Já no governo de Dilma Rousseff (2011-2016), durante o começo de seu mandato, observa-se que tal tendência se manteve, sobretudo na ideia de priorizar os laços com países como os BRICS, e coalizões com outros atores, além da parceria bilateral com a China, ganhando força de forma paralela e independente em relação aos interesses estadunidenses. Houve nesse período o declínio no fluxo bilateral entre EUA e Brasil, devido à falta de abertura do mercado estadunidense e à ausência de medidas para corrigir práticas protecionistas e de subsídios, ocasionando em desgastes que marcaram o relacionamento dos agentes. Além disso, a instalação clandestina de uma central de operações em Brasília, resultando na violação das comunicações da presidente Dilma e no roubo de dados da Petrobrás, contribuiu para uma mudança na postura da política externa brasileira, que passou a adotar um posicionamento mais distante em relação aos Estados Unidos (Pecequillo, 2008).

Já nos últimos anos, a política externa brasileira, sobretudo durante o mandato do então presidente brasileiro, Jair Bolsonaro (2019-2022), apresentou intensos pontos de alinhamento com os EUA, particularmente durante o mandato de Donald Trump (2017-2021), em temas como a defesa de uma política governamental conduzida sob

princípios religiosos, pela desconfiança em relação ao multilateralismo e pela defesa de princípios de ordem econômica neoliberal. Nesse período, o que pode ser percebido foi uma abordagem de política externa estadunidense puramente pragmática, priorizando negociações onde apenas eram concedidos benefícios tangíveis em troca de concessões igualmente tangíveis. A postura nacionalista do então presidente estadunidense, não priorizava a formação de alianças, mas sim a busca por contrapartidas dos aliados pelos investimentos feitos pelos EUA, em áreas como facilidades fiscais e defesa (Gonçalves, 2020). Um dos marcos notáveis entre os dois países, durante esse período, foi a celebração do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (2019), que autorizou a utilização da base de Alcântara, no Maranhão, pelos EUA. Tal acordo suscita preocupações quanto à soberania do Brasil, uma vez que restringe o controle do Estado brasileiro sobre as operações no local, impedindo que sejam investidos no desenvolvimento e aprimoramento do Programa Espacial Brasileiro. Consequentemente, a concessão compromete um território estratégico e abandona um projeto nacional de avanço tecnológico. Outro aspecto relevante nas relações bilaterais nesse período foi a solicitação de apoio dos EUA à candidatura do Brasil para ingressar na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), não obtendo sucesso. Ao se alinhar ideologicamente com o governo Trump, Bolsonaro acabou distanciando-se da China, resultando em diversas tensões diplomáticas, como a atribuição de culpa à China pela pandemia da COVID-19 (Sousa, 2022).

Durante o atual governo de Joe Biden, houve diversos momentos de dissonância entre o mesmo e o até então presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, tendo em vista que o último apoiava fortemente a reeleição de Donald Trump e divergia em diversas pautas do democrata. Em contraste, durante o atual mandato de Lula, os agentes têm buscado um diálogo construtivo e amigável, almejando cooperar, sobretudo, no âmbito ambiental, de direitos humanos e com relação à defesa da democracia (Moreira, 2024).

A partir do exposto acima e visando compreender de forma mais clara o grau de cooperação entre os países nas últimas décadas, faz-se necessário examinar os acordos de cooperação bilateral firmado pelas partes, sendo possível avaliar como ambos os países buscam promover seus objetivos nacionais, resolver disputas, cooperar em questões de interesse comum e enfrentar desafios internacionais compartilhados. A partir dessa ideia, tem-se o seguinte panorama:

Quadro 1 - Principais acordos de cooperação entre Brasil e EUA até 2020.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América em lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara (2019).
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América (2015).
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Melhoria da Observância Tributária Internacional e Implementação do FATCA (2014).
Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior (2020).
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Matéria de Defesa (2010).
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América Relativo à Assistência Mútua entre as suas Administrações Aduaneiras (2015).
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear (1997).
Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América (1997).
Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes (1998).
Acordo sobre Transporte Aéreo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América (1985).
Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Relativo à Cooperação em Ciência e Tecnologia (1984).
Acordo de Comércio e Cooperação Econômica (ATEC) (2011)
Acordo de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (RDT&E) (2020).

Fonte: Ministério das Relações Exteriores. Elaborado pela autora (2024).

A partir do exposto, nota-se que os acordos expostos acima, não apenas refletem os interesses mútuos em áreas como comércio, segurança, ciência e tecnologia, mas igualmente fazem referência à facilitação e simplificação de processos burocráticos entre os dois atores. O Acordo de Cooperação Econômica e Comercial (ATEC), por exemplo, além de abordar procedimentos de facilitação dos laços comerciais, também engloba a simplificação do comércio e gestão aduaneira, melhoria das práticas regulatórias e combate à corrupção. Evidentemente, nota-se a presença de acordos que fortalecem os laços bilaterais em termos desenvolvimentistas, como o Acordo relativo à Cooperação em Ciência e Tecnologia, que estabelece projetos de pesquisa colaborativa, facilitando o comércio e investimentos. Destaca-se, porém, o fato dos mesmos não serem maioria, havendo a falta de engajamento em acordos relacionados à cooperação econômica e tecnológica, sobretudo relacionados ao fomento do setor industrial brasileiro. A ausência de acordos frequentes é igualmente um

aspecto notável na análise, destacando-se o intervalo temporal na formulação dos tratados e sua relativa escassez. Este aspecto se destaca especialmente ao considerar um período de cerca de três décadas.

Além de acordos bilaterais, iniciativas de cooperação, sobretudo, projetos complexos de integração regional foram propostos pelos EUA ao longo das últimas décadas. Durante o período pós-Guerra Fria, os EUA adotaram uma postura de defesa e busca pelo estabelecimento de projetos de livre comércio, não apenas com o Brasil, mas com a América Latina como um todo. A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), foi uma dessas tentativas de estabelecer um área economicamente integrada que, na prática, traria mais benefícios para os EUA do que para os outros atores, tendo em vista que abriria o mercado latino para seus produtos, a custo da indústria nacional desses países, o que intensificaria ainda mais a assimetria de poder entre Brasil e EUA (Maior, 2001). Para os países da América Latina, a iniciativa era tida como uma possível solução para o subdesenvolvimento, baseada na promessa de aumento do comércio e investimentos. O projeto não foi concretizado, tendo em vista o impasse entre as partes, devido a existência de interesses divergentes (Pecequilo, 2008).

Já durante o governo de George Bush (1989-1992), houve a tentativa de retomada de tal ideia através da Iniciativa para as Américas (IA). A Iniciativa tinha como objetivo estratégico reafirmar a América Latina como uma área de interesse preferencial, protegendo-a do avanço de potências extra-continentais europeias e asiáticas. Os pilares da IA incluíam a expansão dos valores democráticos, ajuda econômica e a consolidação de uma área de livre comércio. Em essência, a IA não era uma inovação nas relações hemisféricas, mas uma resposta à perda de influência dos EUA e à crise na América Latina, seguindo as diretrizes tradicionais da Doutrina Monroe (Reis, 1990). Assim, como a ALCA, a Iniciativa não entrou em vigor.

Por fim, Joe Biden lançou em 2023, um plano que visava criar um espaço de debate para reforçar a competitividade local e impulsionar investimentos na América Latina, chamado de "Parceria das Américas para a Prosperidade Econômica". A Parceria inclui Barbados, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, México, Panamá, Peru e Uruguai e possui como objetivo estimular o crescimento e reforçar as cadeias de abastecimento essenciais, concentrando-se inicialmente em energia renovável, semicondutores e cibersegurança. Vale ressaltar que a iniciativa não incluiu o Brasil (Magnotta, 2023).

## 4.2 RELAÇÃO CHINA E BRASIL

A aproximação entre China e Brasil teve início nos anos 1970, destacando-se em 1974, quando o Brasil oficialmente reconheceu a República Popular da China como um governo legítimo, considerando Taiwan como parte de seu território. Nesse contexto, o Brasil concordou em adotar os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica da diplomacia chinesa como base da relação bilateral. Esse acordo refletiu um período em que ambos os países buscavam políticas externas mais independentes e uma identidade própria frente às relações internacionais, enquanto igualmente reconheciam aspectos comuns em suas posições no SI (Sang, 2019).

Apesar do diálogo entre as nações, durante o período militar, a relação entre os dois países estagnou-se, tendo em vista que a parceria com os EUA era tida como prioritária naquele momento. Com a volta do regime democrático, houve maior abertura do mercado brasileiro, sobretudo com o objetivo de combater a crise econômica que afligia o país. Com isso, durante o governo de Itamar Franco (1993-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a Ásia foi tida como uma área prioritária com relação ao estabelecimento de laços e parcerias internacionais, tendo em vista o reconhecimento da região como novo centro de crescimento econômico global, dada a sua ascendente relevância econômica (Bercard, 2011).

Segundo Su Hao (2009), há diferentes graus de profundidade das relações diplomáticas chinesas, onde as mesmas podem ser categorizadas sob quatro maneiras: cooperação amigável, amizade e cooperação, relações de parceria abrangentes e, por fim, a parceria estratégica. O autor ressalta que esse último nível de profundidade diplomática é o mais significativo no contexto das relações exteriores chinesas pós Guerra Fria. A parceria é definida pela ausência de hostilidade entre os participantes, compartilhamento de princípios fundamentais, disposição para cooperar em prol de objetivos comuns, e, por fim, na implementação de ações concretas para promover e aprofundar os laços entre as nações. Em 1993, o Brasil se tornou o primeiro país a estabelecer uma parceria estratégica com a China. Nesse contexto, o relacionamento entre as duas nações passou a ser orientado por três áreas específicas de colaboração: tecnológica, comercial e política. Dessa forma, buscou-se reduzir a dependência tecnológica das grandes potências e acabar com seu domínio exclusivo sobre tecnologias avançadas, além de promover a harmonização dos interesses dos dois países em organizações internacionais multilaterais, como as Nações Unidas (Shang, 2003).

Dedicando esforços especialmente para influenciar mudanças no sistema internacional e promover reformas em instituições multilaterais, os dois países superaram obstáculos significativos que incluíam diferenças de regime político e vastas distâncias geográficas. Dessa forma, os atores destacaram a defesa da soberania, autonomia, universalismo, pragmatismo e não-interferência como pilares fundamentais de sua cooperação (Sang, 2019). Durante as transformações ocorridas no Brasil e na China na década de 1980, a relação entre os dois países alcançou um novo patamar, revelando uma maior convergência de interesses mútuos. Nesse período, tornou-se evidente o alinhamento de princípios de política externa entre ambas as nações, que passaram a basear sua atuação internacional nos ideais de soberania, autonomia e não intervenção por parte de outros atores (Oliveira, 2010).

A intensificação da atividade industrial chinesa no início dos anos 2000, deu início a alteração da relação entre os agentes. Até o final da década de 90, a pauta exportadora brasileira era diversificada, onde os artigos manufaturados e semimanufaturados tinham mais espaço. Após tal período, verificou-se uma certa inversão de papéis entre as economias, onde a China especializou-se em desenvolver cada vez mais sua indústria e o Brasil em artigos da agropecuária. Com o crescimento da indústria do país asiático, o mesmo mostrou-se um grande mercado potencial para absorver as commodities brasileiras, sobretudo minérios, como ferro e artigos alimentícios, como a soja. Nas últimas décadas, o setor primário brasileiro vem experimentando um notável crescimento, impulsionado significativamente por tal fator (Sang, 2019). Ao mesmo tempo, o setor industrial chinês tem demonstrado uma crescente produtividade e eficiência, beneficiando-se de economias de escala substanciais e custos de produção reduzidos. Tal dinâmica gerou impactos adversos sobre a indústria brasileira, que enfrenta desafios crescentes para competir com a produção chinesa, não apenas no mercado interno, mas também em mercados terceiros, onde o Brasil historicamente mantinha uma forte presença, como na América Latina. Tal movimento é acompanhado pela falta de investimento em tecnologia e inovação, competitividade e dinamismo, na estrutura produtiva brasileira (Biato Júnior, 2010). Alguns acadêmicos sustentam que as relações bilaterais entre Brasil e China continuam sólidas e mutuamente vantajosas. Eles argumentam que dessa colaboração emerge um "modelo de complementaridade comercial", o que torna cada vez mais lucrativo para o Brasil exportar commodities para a China, especialmente devido ao crescente apetite chinês por esses produtos. No entanto, o Brasil enfrenta desafios com relação a diversificação de suas exportações, o que ocasiona em desequilíbrios no comércio a longo prazo, assim como no enfraquecimento das estruturas produtivas locais, resultando em um processo de desindustrialização em alguns setores (Pecequilo, 2008).

Em 2008, a China publicou um documento acerca da América Latina, destacando a importância das parcerias locais, incluindo o fortalecimento das relações com o Brasil em aspectos políticos, estratégicos e econômicos. A abordagem chinesa enfatizava o desenvolvimento pacífico, caracterizado por situações de benefício mútuo. Para a América Latina e o Brasil, essa expansão chinesa foi vista de forma positiva, pois trouxe mais investimentos e recursos para a região, especialmente relacionados a projetos de desenvolvimento de infraestrutura. Durante a crise mundial que deflagrou-se em 2008, a economia chinesa desempenhou um papel significativo na mitigação dos impactos negativos da desaceleração econômica dos Estados Unidos, contribuindo com cerca de um terço do aumento da demanda global. Isso resultou da manutenção dos superávits comerciais chineses, que sustentaram a demanda global e incentivaram a transferência de capital para economias emergentes. Como resultado, o Brasil experimentou um elevado nível de exportações, beneficiando-se da melhoria no balanço de pagamentos. É nesse contexto que a China supera os EUA como principal parceiro comercial do Brasil (Pecequillo, 2008).

A relação entre os dois países ganhou um novo desdobramento a partir da criação do BRICS, em 2009, elevando o grau de diálogo e parceria. O grupo foca predominantemente em objetivos econômicos, ao invés de políticos, e destina-se a expandir projetos colaborativos de desenvolvimento, abrangendo não apenas setores econômico e comercial, mas igualmente a esfera científica e tecnológica (Becard, 2015). Com isso, os Estados Unidos mudaram sua abordagem em relação aos países emergentes, passando a criticá-los, incluindo a relação entre os países do BRICS. Além de criticar a cooperação Sul-Sul, também é comum observar uma pressão contra suas agendas de reformas estruturais no âmbito da governança global. Para os países do BRICS era necessário que o sistema internacional e suas organizações fossem reformadas e democratizadas, de modo a inserir tais potenciais em ascensão no âmbito de tomada de decisão, já para os EUA, tal atitude caracterizava-se como "revisão inadequada" (Pecequillo, 2008).

No âmbito da cooperação bilateral, a China reconhece a importância de ter aliados sólidos, tanto por motivos políticos quanto comerciais. Dessa forma, o país busca alianças com Estados que possuam posição geopolítica significativa, pois isso proporcionará o retorno necessário para o crescimento de sua riqueza. Assim, frente às ambições chinesas, faz-se necessário mapear a aliança bilateral desenvolvida entre os países. Em 1988, foram assinados acordos para o desenvolvimento do Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres (CBERS), medida que representou um projeto inovador, englobando nações em desenvolvimento no campo da alta tecnologia. Esses acordos são considerados exemplos

bem-sucedidos de cooperação Sul-Sul no campo de alta tecnologia e continuam sendo importantes na agenda bilateral entre os dois países até os dias atuais (Sang, 2019). Em 2009, a China assumiu a posição de principal parceiro comercial do Brasil, especialmente concentrando-se nas exportações brasileiras de produtos agrícolas. Nesse mesmo ano, foi firmado um acordo comercial para facilitar transações de pagamento diretamente em reais e yuans, com objetivo de reduzir a dependência do dólar nas negociações entre os dois países. Em 2014, durante a visita do presidente chinês Xi Jinping ao Brasil, foram firmados 56 acordos bilaterais abrangendo diversas áreas. Os principais temas incluíram a política de defesa com foco em tecnologia da informação, a construção de infraestrutura industrial, ferroviária e marítima através de parcerias portuárias, e colaborações envolvendo grandes empresas brasileiras como a Eletrobras, a Embraer e os Correios. Nesse sentido, também foram acordadas iniciativas de cooperação financeira que promoveram linhas de crédito para empresas brasileiras, além da instalação de indústrias chinesas de baterias no Brasil e da expansão da cooperação acadêmica e educacional através dos Institutos Confúcio. Uma das principais pautas defendidas pelo atual presidente brasileiro é a reestruturação da base industrial do país. Com isso, a parceria China e Brasil no terceiro governo Lula, possui como foco na área de ciência, tecnologia e inovação (Castelli, 2023).

Em 2006, uma iniciativa brasileira foi adotada pelos chineses, resultando em importantes medidas para minimizar os impactos das exportações chinesas na indústria brasileira, especialmente nos setores têxtil e de brinquedos. A iniciativa ficou conhecida como COSBAN, Conselho Empresarial Brasil-China, e conta com uma extensa rede de mecanismos formais, que abrangem acordos e planos de ação, garantindo uma coordenação eficaz entre os dois governos. Tal mecanismo, de forma direta ou indireta, tem como propósito influenciar o diálogo bilateral e promover a cooperação entre os países. Segundo Rosito (2016), talvez nenhum outro país em desenvolvimento mantenha um nível tão avançado de diálogo formal com a China quanto o Brasil. A COSBAN é uma ferramenta crucial para a relação sino-brasileira, funcionando como a principal plataforma de diálogo diplomático entre o Brasil e a China. O memorando publicado pelo Conselho da instituição, enfatiza os quatro princípios orientadores da relação bilateral: confiança mútua baseada em diálogo igualitário; intercâmbio econômico-comercial como elemento essencial para benefício mútuo; incentivo à cooperação em diversas áreas; e conexão entre as sociedades brasileira e chinesa (BRASIL, 2004).

A COSBAN ainda conta com alto nível de cooperação tecnológica, além de fomentar trocas comerciais e movimentação financeira entre os dois países, tendo subcomissões

focadas em tais agendas no intuito de elaborar novas estratégias de desenvolvimento de projetos. No contexto do primeiro PAC (2010-2014), implementado no segundo governo Lula, os dois países definiram como metas a serem alcançadas a colaboração em áreas como a indústria de recursos minerais, a aviação civil e a indústria de combustíveis (BRASIL, 2010). Ainda, em 2015, os países comprometeram-se a expandir a cooperação em setores como a indústria manufatureira, aviação e comunicações. Para o período de 2022-2026, destacam-se projetos conjuntos nas áreas de tecnologias avançadas, computação em nuvem e inteligência artificial (BRASIL, 2022).

#### 4.3 ANÁLISE DOS NÍVEIS DE COMÉRCIO E FLUXO DE INVESTIMENTO ENTRE OS ATORES

Prosseguindo para a análise quantitativa das relações bilaterais entre os agentes que constituem a pesquisa, tem-se como ponto de partida os níveis de comércio internacional do Brasil nos últimos anos, com o objetivo de verificar a intensidade de tal variável sob a economia brasileira, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Exportação e importação brasileiras totais nos últimos onze anos, em US\$ FOB Milhões.

<b>Data</b>	<b>Exportações</b>	<b>Importações</b>	<b>Saldo</b>
2023	339.695,8	240.792,8	98.902,9
2022	334.136,0	272.610,7	61.525,4
2021	280.814,6	219.408,0	61.406,5
2020	209.180,2	158.786,8	50.393,4
2019	221.126,8	185.928,0	35.198,8
2018	231.889,5	185.322,0	46.567,5
2017	214.988,1	158.951,4	56.036,7
2016	179.526,1	139.321,4	40.204,8
2015	186.782,4	173.104,3	13.678,1
2014	220.923,2	230.823,0	-9.899,8
2013	232.544,3	241.500,9	-8.956,6

Fonte: Ministério do Desenvolvimento (2024).

A partir da tabela acima, nota-se que o comércio exterior vem gerando superávits na balança comercial brasileira cada vez maiores, batendo recordes históricos nos últimos anos, contrapondo o cenário de déficit da década passada. As importações de commodities pela China desempenharam um papel fundamental na manutenção das elevações nos preços internacionais desses artigos, sobretudo, após a pandemia da COVID-19, além da alta demanda do país.

Tabela 2 - Índice de preços das commodities.

<b>Ano</b>	<b>Índice de preços commodities</b>
2023	367,34
2022	425,02
2021	468,98
2020	326,14
2019	235,97
2018	233,71
2017	205,99
2016	206,67
2015	213,36
2014	171,24
2013	156,66

Fonte: Ministério do Desenvolvimento (2024).

Ao realizar uma análise detalhada das exportações brasileiras, observa-se que elas se estruturam da seguinte maneira:

Tabela 3 - Composição setorial das exportações brasileiras, em US\$ FOB Milhões.

<b>Data</b>	<b>Agro</b>	<b>Ind.Extr.</b>	<b>Ind.Transf.</b>
2023	81.485,3	78.973,1	177.075,9
2022	74.787,1	76.199,4	181.401,2
2021	55.140,7	80.046,5	144.126,8
2020	45.154,6	49.051,8	114.072,6
2019	43.046,8	50.584,7	126.361,4
2018	45.697,3	49.598,1	133.326,5
2017	38.571,9	39.735,6	133.138,0
2016	31.179,0	26.621,5	118.777,5
2015	35.303,4	29.126,8	118.587,0
2014	37.284,6	45.581,5	132.508,4
2013	37.585,4	48.854,5	140.527,2

Fonte: Ministério do Desenvolvimento (2024).

Nota: Agro – Agropecuária / Ind.Extr. – Indústria Extrativa / Ind.Transf. – Indústria Transformação

No que tange a pauta exportadora brasileira, os dados acima revelam que a indústria extrativa e o agronegócio compõem cerca de 50% do montante total das exportações brasileiras e os outros 50% são provenientes da indústria de transformação. Olhando mais de perto as variáveis importação e exportação, em 2023 tem-se que a soja, óleos brutos derivados do petróleo, minério de ferro e café lideraram entre os produtos mais vendidos pelo Brasil. Por outro lado, a indústria transformadora, que corresponde a outra metade da pauta,

possui como foco, sobretudo, artigos de baixo e médio grau de intensidade tecnológica e de formas primárias de transformação, como celulose, alimentos levemente processados, como farelo de soja e carnes, e produtos semi-acabados, que utilizam minérios como ferro e aço. Apesar da pequena participação, artigos mais complexos também compõem as exportações do país, como aeronaves e veículos (BRASIL, 2024).

Analisando o comércio exterior brasileiro pelo prisma das importações, percebe-se que a indústria de transformação concentra cerca de 90% da aquisição de bens externos pelo Brasil, conforme identificada na Tabela 4 e, é composta, sobretudo, por maquinário e manufaturas intensivas em tecnologia (BRASIL, 2024).

Tabela 4 - Importação Brasileira de 2013 a 2023, em US\$ FOB Milhões.

<b>Data</b>	<b>Agro</b>	<b>Ind.Extr.</b>	<b>Ind.Transf.</b>
2023	4.500,4	16.098,9	218.336,4
2022	5.696,8	22.051,4	242.537,4
2021	5.360,5	12.987,0	197.425,3
2020	4.116,9	6.482,8	146.157,8
2019	4.317,7	11.112,2	168.404,2
2018	4.181,5	12.429,6	166.313,7
2017	4.208,9	9.639,6	142.923,6
2016	4.879,1	7.998,9	124.332,7
2015	3.667,0	16.356,3	150.909,7
2014	5.024,0	26.482,2	196.969,7
2013	5.769,3	27.442,9	205.867,1

Fonte: Ministério do Desenvolvimento (2024).

Nota: Agro – Agropecuária / Ind.Extr. – Indústria Extrativa / Ind.Transf. – Indústria Transformação

Analisando o comércio do Brasil especificamente com os EUA, tem-se o seguinte fluxo comercial:

Tabela 5 - Importações e exportações brasileiras para os Estados Unidos, em US\$ FOB Milhões.

Ano	Exportações	Importações	Saldo
2023	36.915,50	37.958,90	-1.043,40
2022	37.437,80	51.304,40	-13.866,60
2021	31.145,20	39.385,30	-8.240,10
2020	21.471,00	27.875,70	-6.404,70
2019	29.715,90	34.774,30	-5.058,40
2018	28.697,20	32.831,40	-4.134,20
2017	26.872,50	27.809,80	-937,30
2016	23.155,00	23.816,40	-661,40
2015	24.037,40	26.480,40	-2.443,00
2014	27.016,70	35.015,20	-7.998,50
2013	24.643,80	36.016,20	-11.372,40

Fonte: Banco Central. Elaborada pela autora (2024).

A relação comercial entre Brasil e Estados Unidos destacava-se na importância do último em ser um dos principais destinos para os produtos manufaturados brasileiros. Tendência essa que foi alterada a partir da abertura comercial vivida pelo Brasil no início dos anos 2000. Desde então, o índice de itens manufaturados exportados para os EUA diminuiu, ao passo que, os artigos básicos aumentaram sua participação na pauta de produtos vendidos para aquele país (Pecequillo, 2008). Além disso, nota-se que o comércio entre os dois atores é deficitário para o Brasil, onde em todos os anos do período analisado, o país apresentou um saldo negativo quando comparado os volumes de importações e exportações. No que diz respeito a composição da pauta exportadora de produtos brasileiros para os EUA no ano de 2023, há grande predomínio de artigos manufaturados de baixo e médio grau de complexidade, como produtos semi acabados (13%), principalmente aqueles que utilizam minérios, celulose (5%), óleos combustíveis (3,3%), aeronaves e equipamentos (5,3%), equipamentos de engenharia (4,8%), entre outros, apresentando relativa diversificação dos itens. Os artigos primários também compõem parte significativa das exportações brasileiras, sobretudo, os óleos brutos, que correspondem a cerca de 13% do montante. Café e soja também estão entre os itens mais comprados pelos EUA (BRASIL, 2024).

Com relação a compra de artigos estadunidenses pelo Brasil, os itens industrializados formam a maioria absoluta. Motores e maquinário lideram o topo dos itens mais demandados, correspondendo a 13% do montante total, seguidos de combustíveis (13%), aeronaves (3,5%), medicamentos (2,3%), veículos, tratores, entre outros (BRASIL, 2024).

Com relação ao comércio com a China, o seguinte cenário pode ser observado:

Tabela 6 - Importações e exportações brasileiras para China, em US\$ FOB Milhões.

<b>Ano</b>	<b>Exportações</b>	<b>Importações</b>	<b>Saldo</b>
2023	104.324,80	53.175,80	51.149,00
2022	89.427,80	60.744,00	28.683,80
2021	87.907,90	47.650,90	40.257,00
2020	67.788,10	34.778,40	33.009,70
2019	63.357,50	36.028,30	27.329,20
2018	63.929,60	35.157,20	28.772,40
2017	47.488,40	27.554,00	19.934,40
2016	35.133,30	23.349,90	11.783,40
2015	35.155,40	30.714,10	4.441,30
2014	40.611,90	37.349,50	3.262,40
2013	46.023,20	37.325,50	8.697,70

Fonte: Banco Central. Elaborada pela autora (2024)

Com relação a exportação de produtos brasileiros, a pauta é substancialmente composta por commodities, onde a soja corresponde a 37% do total do vendido pelo país, seguida por óleos derivados do petróleo (19%), minério de ferro (19%), carne bovina (5,5%), celulose (3,7%) e outros artigos de baixo grau de complexidade. Já as importações são compostas essencialmente por artigos manufaturados diversificados, de todos os segmentos industriais, como equipamentos, aparelhos eletrônicos, maquinário, artigos de telecomunicação e energia elétrica, automóveis, artigos têxteis, entre outros (BRASIL, 2024).

Nota-se, a partir do exposto, que os artigos que compõem a pauta de importação e exportação entre Brasil e EUA não diferem-se tanto quanto entre Brasil e China. Há maior participação de itens manufaturados exportados pelo Brasil para os EUA, caracterizando em uma sutil assimetria entre os países americanos, com relação à pauta exportadora brasileira. Por outro lado, entre China e Brasil, a pauta é marcada pela desigualdade entre os graus de especialização e complexidade, onde o mercado brasileiro exporta, sobretudo, commodities e compra artigos industrializados. Sarquis (2011) argumenta que a relação comercial entre Brasil e China é mais desequilibrada do que a existente entre Brasil e Estados Unidos, e que o padrão de comércio entre Brasil e China alinha-se mais nitidamente à uma dinâmica Norte-Sul (Fundação Alexandre de Gusmão, 2014). Observa-se igualmente, uma interdependência assimétrica cada vez mais robusta, com relação ao comércio com a China, resultando em grandes saldos comerciais favoráveis para o Brasil. Contudo, a longo prazo,

essa dinâmica pode não se revelar positiva, devido à volatilidade dos preços das commodities e à alta dependência da demanda chinesa (Sang, 2019).

Ainda, o Brasil destaca-se como um dos raros casos onde um país mantém um superávit comercial com a China. Isso deve-se à necessidade dos chineses em suprir a demanda por produtos primários que não pode ser atendida pela produção interna, além do aumento significativo nos preços das commodities agrícolas e minerais no mercado global nos últimos anos (CAMPOS, 2017).

Embora o Brasil tenha conseguido expandir suas exportações e manter superávits constantes nos últimos anos, a perda de competitividade da indústria nacional ainda não foi revertida. Quadro que leva analistas da economia brasileira a acreditarem que o país está passando por um processo de desindustrialização precoce. Tal fenômeno não resume-se apenas a presença chinesa no mercado brasileiro, como também na falta de políticas públicas que priorizem essa agenda. Nesse contexto, críticas persistentes apontam que a desindustrialização e, até a primarização, da economia brasileira resultam da ênfase no relacionamento comercial entre Brasil e China (Fundação Alexandre de Gusmão, 2014). “Uma nação que troca produtos agrícolas por artigos manufaturados estrangeiros é um indivíduo com um braço só, sustentado por um braço estrangeiro” (List, (1841 [1983]), p. 113).

Analisando a variável investimento externo realizados no Brasil, verifica-se os seguintes dados da economia brasileira:

Tabela 7 - Estoque de Investimento direto no Brasil, em US\$ milhões.

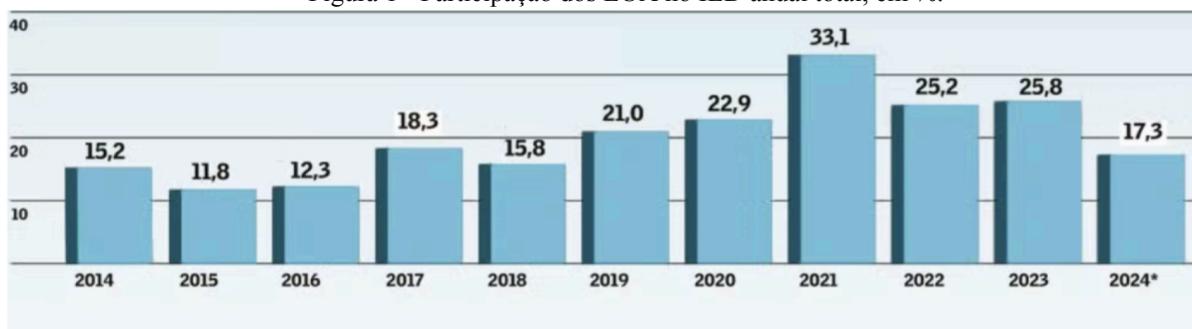
<b>Ano</b>	<b>Fluxo de Investimento direto no país (IDP)</b>
2022	\$799.596
2021	\$659.314
2020	\$521.305
2019	\$623.317
2018	\$499.290
2017	\$539.916
2016	\$480.984
2015	\$362.516
2014	\$518.116
2013	\$550.635

Fonte: Banco Central (elaboração própria)

O Banco Central não divulgou dados referentes aos níveis de investimentos estrangeiros de 2023, porém segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (2024), o país registrou um fluxo de US\$ 64 bilhões no último ano, refletindo uma queda quando comparado ao ano anterior. Apesar disso, percebe-se que o país atraiu um fluxo intenso de capital estrangeiro nos últimos anos, auxiliando na melhoria dos indicadores da economia interna, assim como no desenvolvimento e grau de segurança da mesma.

Com relação aos investimentos estadunidenses, deve-se destacar que o país é o maior investidor estrangeiro no Brasil, possuindo participação significativa como provedor de capital externo ao longo dos últimos dez anos, conforme imagem a seguir :

Figura 1 - Participação dos EUA no IED anual total, em %.



Fonte: Amcham (2024).

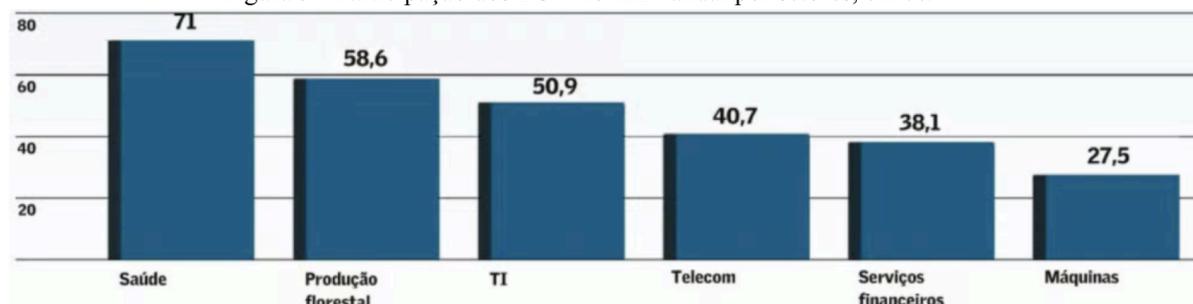
Figura 2 - IED total no Brasil *versus* fluxo de investimento direto dos EUA no Brasil. (Em US\$ bilhões)



Fonte: Amcham (2024).

Tais investimentos estão distribuídos da seguinte forma:

Figura 3 - Participação dos EUA no IED anual por setores, em %.

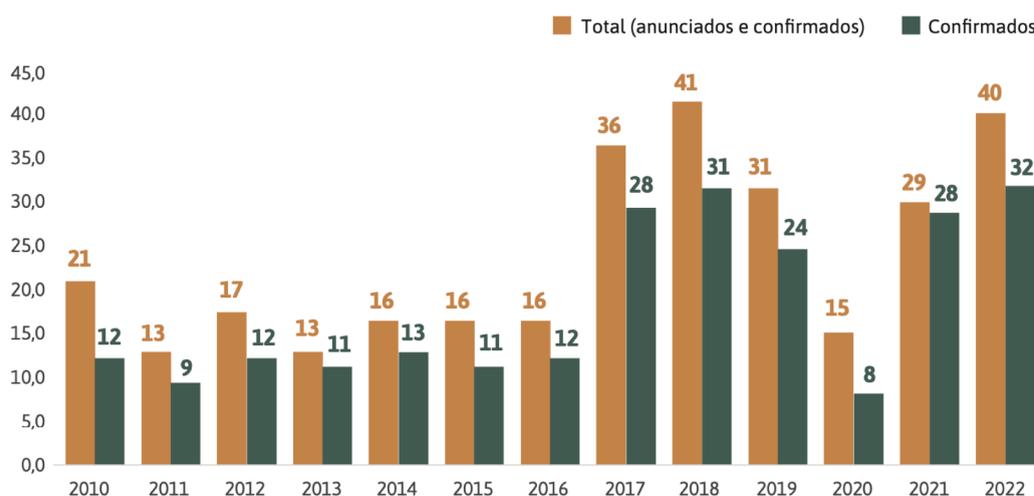


Fonte: Amcham (2024)

Quando examina-se o nível de estoque de investimentos diretos, a participação dos EUA no Brasil é significativamente destacada. Considerando que o conceito de estoque refere-se aos ativos que empresas estadunidenses possuem no país, os EUA posicionam-se como o maior investidor, com um montante de US\$ 167 bilhões, representando cerca de 16% (Secretaria-Executiva da CAMEX, 2019). Tais investimentos mostram-se bastante diversificados, porém com forte concentração no setor de serviços, com destaque para os financeiros, embora o setor industrial também tenha sido consistentemente importante ao longo dos anos. A predominância no setor de serviços, reflete a estrutura da economia estadunidense, cujas vantagens comparativas são cada vez mais concentradas nesses segmentos de mercado. Em 2007, durante a segunda visita de Bush ao Brasil, foi sinalizada uma ação inovadora no campo dos biocombustíveis, prometendo uma mudança na matriz energética baseada em hidrocarbonetos. Os benefícios seriam tanto ambientais quanto estratégicos, devido à redução da dependência do petróleo. No entanto, a não abertura do mercado norte-americano ao etanol brasileiro impediu o progresso da ação. Paralelamente, os biocombustíveis passaram a ser vistos como vilões ambientais e responsáveis pela crise dos alimentos, representando uma pressão adicional sobre o avanço brasileiro, que também se tornou autônomo no setor petrolífero. A ação encontrou entraves na produção de petróleo estadunidense, não sendo interessante para o país realizar um investimento nesse campo (Pecequillo, 2008).

Já a China, ocupa a terceira posição no ranking de países que mais investem no Brasil. O aumento dos investimentos chineses no Brasil é principalmente atribuído à estratégia agressiva de internacionalização das empresas chinesas, impulsionada pelo governo a partir dos anos 2000. (HIRATUKA e SARTI, 2016). Entre 2007 e 2022, empresas chinesas destinaram US\$71,6 bilhões ao Brasil, distribuídos em 235 projetos distintos e o Brasil ocupava a posição de maior receptor de investimentos chineses na América Latina.

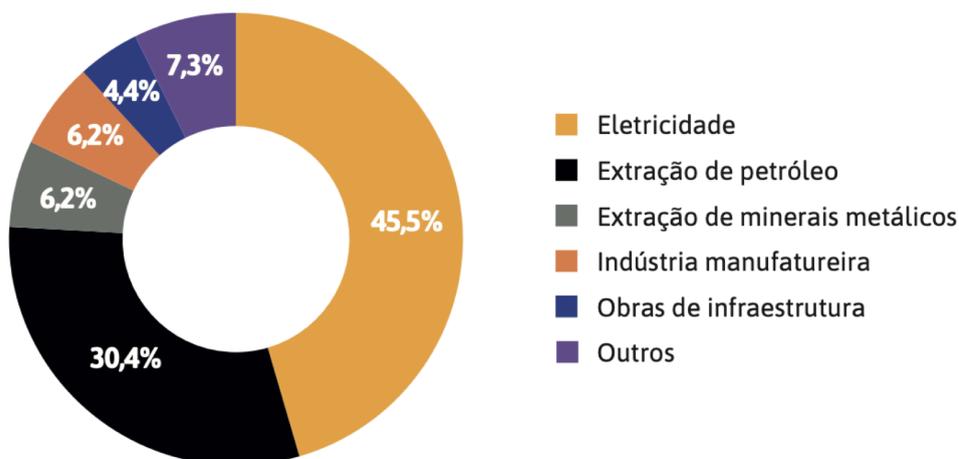
Figura 4 - Investimentos chineses no Brasil (número de projetos).



Fonte: CEBC (2023).

Com relação aos setores beneficiados pelo capital externo chinês, tem-se a seguinte distribuição:

Figura 5 - Participação setorial dos investimentos chineses no Brasil até 2022.



Fonte: CEBC (2023).

Levando em conta apenas os investimentos efetivamente realizados, 235 projetos foram executados, resultando em um estoque de investimentos que atingiu US\$ 71,6 bilhões, representando 59% do montante total anunciado (CEBC, 2023). Os dados revelam que o investimento chinês concentra-se, sobretudo, na extração de petróleo e gás, energia elétrica, extração de minerais metálicos e metalurgia. Para alguns estudiosos, os investimentos realizados no setor elétrico e de infraestrutura, correspondem à preocupação chinesa com relação ao progresso econômico brasileiro e ao crescimento da produtividade interna. (SALATI, 2018). Para outros, o aumento dos investimentos da China na América Latina no

geral, possui um objetivo claro: explorar projetos que, juntos, reduzirão custos e agilizarão o escoamento das mercadorias que a economia chinesa necessita. Isso envolve o acesso a matérias-primas essenciais, como minério de ferro, cobre, petróleo e madeira tropical, bem como investimentos em energia para apoiar os processos de extração e processamento local. Além disso, esses investimentos incluem o desenvolvimento de infraestrutura, como estradas, ferrovias e portos, para facilitar a produção e escoamento de commodities (Moreno, 2015).

Com relação aos indicadores quantitativos, observa-se que China e EUA posicionam-se de maneira relativamente distinta no mercado brasileiro. Em termos de comércio bilateral, há uma menor comoditização nas trocas com o país norte-americano, onde a demanda por tais artigos não é tão intensa, tendo em vista que os EUA igualmente é um grande fornecedor para o mercado externo, chegando muitas vezes a competir com os produtos brasileiros. Nesse cenário, há espaço para o fornecimento por parte do Brasil de artigos manufaturados, sobretudo, de baixa intensidade tecnológica. Por outro lado, as compras proveniente da China mostram-se extremamente concentradas no setor primário, com baixo valor agregado, não havendo espaço para artigos industrializados. Com relação à demanda brasileira de itens provenientes dos dois países, o que se revela é um elevado grau de assimetria, pois o Brasil adquire substancialmente produtos intensivos em tecnologia, com alto valor agregado. Com relação aos níveis de investimento, China e EUA diferenciam-se em termos de setores de atuação, onde a China foca, sobretudo, em projetos de infraestrutura, e os EUA, em processos relativamente mais intensivos em tecnologia, como TI e serviços financeiros.

Nota-se a partir desse cenário, que perante um contexto de disputa hegemônica que se configurou nos últimos anos, a China vem aumentando de maneira progressiva o nível de investimento e comércio com Brasil. Para o futuro, a perspectiva é que as inversões chinesas sigam crescendo e concentrem-se no ramo de energias renováveis e eletromobilidade (Sá, 2024). Igualmente, o principal parceiro comercial do Brasil está intensificando seus esforços para fortalecer seu consumo interno. Com isso, para atender a essa crescente demanda, a China direcionará seus investimentos para melhorar a infraestrutura em nações capazes de fornecer produtos e alimentos a preços competitivos (Peduzzi, 2023). O fluxo de investimentos e comércio dos Estados Unidos para o Brasil apresentou variações ao longo dos anos, influenciado por questões políticas tanto internas quanto internacionais. No entanto, essa relação é sólida e não experimenta mudanças significativas (Marques, 2024). No âmbito dos investimentos estadunidenses, as perspectivas não são tão claras com relação aos

investimentos futuros, o que se tem até o momento, é a aparente intenção dos EUA em continuar investindo no país.

Analisando os impactos desses indicadores sobre a economia brasileira, observa-se a deflagração de um quadro de dependência brasileira, já histórico, com relação a atores externos. Desde sua formação como Estado, o Brasil costumeiramente manteve relações desiguais com o mundo externo. O comércio internacional sempre esteve atrelado ao desenvolvimento interno e remonta períodos desde o ciclo econômico da cana-de-açúcar, por exemplo, até mais recentemente, a soja. A dependência desses ciclos comerciais foi moldada pela presença dominante desses artigos na balança comercial, capazes de conter déficits, e pela influência sutil ou direta de capitalistas no cenário nacional (Moreno, 2015). Tal vínculo criou uma dependência significativa do ambiente externo, com a história das relações internacionais do Brasil orientada pelo interesse estrangeiro em seus produtos agrícolas e pela necessidade de demanda externa desses artigos na manutenção de sua economia (Sang, 2019). Uma característica persistente do subdesenvolvimento do Brasil, se dá devido a tal cenário de inserção internacional assimétrica, usualmente subordinada às demandas da potência hegemônica. A deterioração dos termos de troca, que caracteriza-se pela importação de itens de alto valor agregado, com alto grau de tecnologia aplicada, e pela exportação de artigos que implicam em baixa mão de obra especializada e tecnologia, como matérias-primas, pode ser entendido como a causa principal da estagnação da região (Fortín, 2020).

Nesse contexto, a importância do setor industrial na economia de um país está fortemente relacionada ao fato deste ser um motor do crescimento a longo prazo. Tal setor é crucial para gerar inovações tecnológicas, criar superávit comercial, estimular o crescimento econômico, aumentar a produtividade e fomentar o desenvolvimento nacional. (Morceiro, 2019). No Brasil, o que se observa hoje é o enfraquecimento dessa estrutura, onde chega-se a falar em um possível processo de desindustrialização. É importante salientar que o processo de desindustrialização é tido como natural dentro do contexto capitalista, tendo em vista a expansão do setor terciário. Porém o que é observado no Brasil é que a renda per capita não alcançou o nível observado nos países desenvolvidos quando tal processo teve início. Por conta disso, Palma (2005) afirma que a desindustrialização brasileira se daria de forma precoce, pois o setor industrial ainda não atingiu sua maturidade e já encontra-se em declínio com relação a sua participação no PIB do país.

Para reverter tal cenário, é indispensável a priorização de políticas públicas que tenham como foco a revitalização da indústria brasileira, além da diversificação da pauta

exportadora, com foco, sobretudo, no desenvolvimento de produtos com maior avanço tecnológico. Isso se deve ao fato de que setores tecnologicamente mais avançados tendem a oferecer mercadorias de alto valor agregado, onde os preços não ficam tão vulneráveis de acordo com a demanda do mercado externo. Além disso, por serem mais intensivos em tecnologia, esses produtos têm o potencial de criar um corpo produtivo melhor qualificado, o que impacta positivamente a produtividade nacional (Oliveira, 2021). Nesse contexto, o cenário de disputa hegemônica pode ser um aliado do projeto brasileiro de revitalizar sua estrutura produtiva, tendo em vista o maior poder de barganha do Brasil, visto que o mesmo, em maior ou menor medida, possui um peso estratégico para os EUA e China. É forçoso destacar que para os EUA, o Brasil representa uma ponte estratégica em termos de segurança hemisférica e influência regional, já para a China, o Brasil representa uma fonte estratégica de recursos primários, como fator principal e secundariamente como um espaço de produção industrial (investimento direto chinês) para o mercado interno e regional.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a análise apresentada, entende-se que a construção de um cenário de disputa hegemônica entre China e Estados Unidos representa tanto uma oportunidade quanto um desafio para o Brasil. A China e a maior economia da América Latina, compartilham afinidades que vão além do âmbito econômico e, o relacionamento entre os dois atores tem-se mostrado mais vantajoso em termos de fluxos comerciais ao longo das décadas, quando comparado com os EUA. Há a possibilidade, por suposição, dado o histórico de não interferência em questões de política interna e regional, de construção de uma relação mais simétrica e cooperativa com a China do que com os EUA.

Fundamentada no respeito mútuo e na colaboração, especialmente no compartilhamento de valores que moldam a identidade de China e Brasil, criou-se um cenário no qual as duas economias complementam-se em muitos aspectos, o que auxiliou na intensificação do progresso econômico mútuo. Contudo, o fortalecimento das relações entre os dois atores, enquanto ajuda a mitigar certas vulnerabilidades econômicas brasileiras, também cria novas áreas de fragilidade. A forma como essa relação perpetua a inserção internacional do Brasil, não difere substancialmente do tradicional modelo centro-periferia. Isto é particularmente evidente no contexto de um comércio altamente desigual, focado principalmente na exportação de matérias-primas brasileiras e na importação de produtos manufaturados chineses e na dependência de capital externo.

Nesse sentido, embora o Brasil tenha registrado um superávit comercial considerável nos últimos anos e tenha atraído um fluxo crescente de investimento estrangeiro, esse crescimento não resultou, ainda, na criação de vantagens competitivas dinâmicas em setores de alta agregação de valor. Em vez de fortalecer sua base industrial, o Brasil concentrou-se predominantemente no setor primário, deixando sua estrutura industrial enfraquecida ao longo das últimas décadas. Como resultado, a economia brasileira continuou excessivamente dependente da exportação de commodities. A China agrava tal cenário com a alta competitividade de seus produtos, comprometendo ainda mais a capacidade da indústria brasileira de concorrer de forma eficaz em outros mercados. Vale ressaltar que a forte demanda chinesa por recursos primários cria incentivos econômicos, em termos de preços de commodities, o que resulta na sobre expansão do setor.

Além disso, a alta demanda chinesa por esses artigos igualmente cria uma forte relação de dependência brasileira da mesma. Nos anos 2000, o alto preço desses artigos no mercado internacional, impulsionado pela demanda chinesa, permitiu que o Brasil melhorasse

substancialmente seus indicadores econômicos. No entanto, qualquer alteração na situação econômica global, sobretudo, uma possível desaceleração no crescimento da China, pode resultar na queda dos preços desses produtos e reduzir a sua procura, expondo a economia brasileira a grandes vulnerabilidades.

Por outro lado, os acordos estabelecidos, assim como a quantidade e frequência dos mesmos, entre Brasil e China destacam um compromisso contínuo do último país em fortalecer suas relações econômicas e estratégicas com o país sul-americano. Esses acordos revelam a disposição da China em atuar como um parceiro proeminente e dinâmico na política brasileira, priorizando a parceria deste país. Embora o gigante asiático tenha direcionado consideráveis investimentos em setores vinculados à extração, ao transporte e aos produtos do setor primário, o país também desempenha um papel crucial no apoio à infraestrutura brasileira. A contribuição chinesa pode ser significativa para a melhoria das deficiências estruturais do Brasil, especialmente em termos de eficiência e modernização das infraestruturas críticas. Assim, a parceria com a China, não só expande as capacidades produtivas brasileiras, mas também promove o desenvolvimento de um sistema de infraestrutura mais robusto e eficiente.

No âmbito dos Estados Unidos, o relacionamento entre as partes é marcado substancialmente por uma notável assimetria de poder. O posicionamento do país em tratar a América Latina como seu "quintal", enfraquece a possibilidade do Brasil ser visto como um aliado equivalente. O governo brasileiro diversas vezes esperou por um reconhecimento que nunca foi obtido por parte dos EUA, sobretudo, no âmbito das organizações internacionais, porém igualmente com relação a planos de integração e desenvolvimento, que nunca foram prioridades para os estadunidenses em termos de inclusão do país em tais agendas. Há um consenso de que os norte-americanos tendem a ignorar ou descartar os problemas da região, desde que não representem uma ameaça à segurança ou aos interesses econômicos estratégicos dos EUA. Tal cenário fica evidente, onde mesmo em um contexto de disputa hegemônica, o Brasil não faz parte de nenhuma iniciativa que vise fortalecer alianças. A falta de engajamento do governo estadunidense com relação a esses projetos, onde nenhum deles até o momento entrou em vigor, demonstra a não priorização dessa pauta como ferramenta de política externa para o país, como fez a China. Um fator relevante nesse sentido, é o envolvimento dos EUA nos atuais conflitos globais e a perda de força de sua economia, tornando-o um parceiro menos disponível para negócios e investimentos. A transição hegemônica leva naturalmente à disputa por alianças e, nesse contexto, a China mostra-se um ator mais disponível e disposto a intensificar a cooperação com o Brasil, incluindo o país em

sua iniciativa de integração global, além de ter formado um importante grupo de cooperação econômica com o país sul-americano, o BRICS. A construção da BRI e do BRICS materializam o ativismo chinês no sistema internacional e sua ambição em angariar alianças.

É evidente que excluir um ator em favor de outro não é viável para um país com a dimensão e a complexidade do Brasil. Assim como a região deve rejeitar a retomada de políticas imperialistas estadunidenses, como a Doutrina Monroe, o relacionamento com a China deve ser orientado por uma política que priorize os interesses nacionais. Caso contrário, as tradicionais relações de dominação centro-periferia continuarão a ser perpetuadas nas relações com essas duas superpotências. Um alinhamento automático com qualquer nação no sistema internacional também não protege melhor os interesses nacionais brasileiros em uma ordem global sujeita a constantes transformações. A alta dependência brasileira de capital e demanda externa, coloca o país em posição vulnerável com relação aos rivais hegemônicos. Nesse sentido, a estratégia de "não alinhamento", como realizada por Getúlio Vargas durante a Segunda Guerra Mundial, pode ser vantajosa para o Brasil no atual contexto de disputa hegemônica, adotando uma abordagem de movimentos pendulares, alternando entre ações que favorecem ora a China, ora os EUA, focando em seus objetivos de crescimento interno.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. /, n. 80, p. 71-96, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/mQtGPDfjR85HxSSLtmgCzbM/>. Acesso em: 30 out. 2023.

AMÂNCIO, Thiago. **Novo governo Trump nos EUA deve ter barreiras tarifárias e reacender guerra comercial**, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/02/novo-governo-trump-nos-eua-deve-ter-barreiras-tarifarias-e-reacender-guerra-comercial.shtml#:~:text=Na%20Presid%C3%Aancia%20dos%20EUA%2C%20Donald,a%20disputa%20contra%20Joe%20Biden>. Acesso em: 7 abr. 2024.

AMARAL, Alberto. **A China, os Estados Unidos e o problema de Taiwan**, 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/a-china-os-estados-unidos-e-o-problema-de-taiwan/>. Acesso em: 6 mar. 2024.

AMCHAM BRASIL. **Exemplos de internacionalização**. *Amcham Brasil*, [2023]. Disponível em: <https://www.amcham.com.br/blog/exemplos-de-internacionalizacao?categoria=comercio-internacional>. Acesso em: 18 jun. 2024.

ARON, Raymond. *República imperial: os Estados Unidos no mundo do pós-guerra*. Trad. de Edilson Alkmim Cunha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. (Biblioteca de Cultura Histórica)

ARRIGHI, Giovanni. A ascensão do Leste Asiático e a desarticulação do sistema político mundial. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, núm. 2, 1996, p. 99-131.

ARRIGHI, Giovanni. **A Crisis of Hegemony**. Dynamics of Global Crisis. Nova York: Monthly Review, 1982.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim*. São Paulo, Boitempo, 2009.

AZEVEDO, Cecília. **Política Externa Norte-Americana: doutrinas, culturas e práticas políticas**, 2007. Disponível em: [https://www.historia.uff.br/nupehc/files/cecilia\\_projeto2007.pdf](https://www.historia.uff.br/nupehc/files/cecilia_projeto2007.pdf). Acesso em: 27 mar. 2024.

BECARD, Danielly Ramos. **O Brasil, a China e a VI Cúpula do BRICS**. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/WMXHGwTxPtrvw8SXtrdtGWh/?lang=pt#>. Acesso em: 12 maio 2024.

BELLIGNI, Silvano. Hegemonia. **Dicionário de Política**. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. trad. Carmem C, Varriale et al.; coord. Trad. João Ferreira; rev. Geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. 13ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

BIATO JÚNIOR, Oswaldo. A parceria estratégia sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006). Brasília: FUNAG, 2010.

BORBA, Pedro dos Santos de. O BRASIL DO IMPÉRIO À REPÚBLICA: Economia e Política Externa na Transição Hegemônica Mundial. **Cadernos de Relações Internacionais**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-30, jan. 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17778/17778.PDF>. Acesso em: 05 abr. 2024.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Relatório de investimentos diretos no Brasil: 2021**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2022. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioidp/RelatorioID2021/RID\\_2022.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioidp/RelatorioID2021/RID_2022.pdf). Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. **Brasil e China fecham 15 acordos e reforçam parceria**. *Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República*, 14 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/04/brasil-e-china-fecham-15-acordos-e-reforcam-parceria>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. **Conheça os principais acordos vigentes entre Brasil e EUA**. *Portal Planalto*, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/03/conheca-os-principais-acordos-vigentes-entre-brasil-e-eua>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Economia. **Boletim de Investimentos Estrangeiros - Países Selecionados, No 02, 2019**. Brasília: Ministério da Economia, 2019. Disponível em: [https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletim-de-investimentos-estrangeiros/arquivos/boletim-de-investimentos-estrangeiros-paises-selecionados\\_no-02\\_2019\\_vf.pdf](https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletim-de-investimentos-estrangeiros/arquivos/boletim-de-investimentos-estrangeiros-paises-selecionados_no-02_2019_vf.pdf). Acesso em: 5 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Comércio exterior brasileiro bate recordes e fecha 2023 com saldo de US\$ 98,8 bi**. *Governo Federal*, Brasília, 02 jan. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/comercio-exterior-brasileiro-bate-recordes-e-fecha-2023-com-saldo-de-us-98-8-bi>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. *Comex Vis. Comex Stat*, 2023. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. *Publicações de dados consolidados da balança comercial*. Balança Comercial Brasileira, 2023. Disponível em: [https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes\\_dados\\_consolidados/pg.html](https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html). Acesso em: 18 jun. 2024.

BROWN, Kerry. **China's World: What Does China Want?**. London: I.B. Tauris, 2017.

CANUTO, Otaviano. **Onde foi parar a Nova Rota da Seda?**, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/por-que-economies-em-bom-portugues/2023/12/onde-foi-parar-a-nova-rota-da-seda.shtml>. Acesso em 10 abr. 2024.

CASTELLI, Yasmin Lenz Piccoli. A Economia Política das Relações Brasil-China: uma proposta de análises dos acordos firmados no terceiro governo Lula. **Rev. Conj. Aust**, Porto Alegre, v. 14, n. 68, p. 163-177, dez. 23. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/133580/90559>. Acesso em: 01 jun. 2024.

COELHO, Jaime Cesar. **Economia, poder e influência externa: O Banco Mundial e os anos de ajuste na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **Número de projetos chineses no Brasil bateu recorde em 2022**. *CEBC*, 29 ago. 2023. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2023/08/29/numero-de-projetos-chineses-no-brasil-bateu-recorde-em-2022/>. Acesso em: 7 jun. 2024.

COSTA JÚNIOR, Pedro. A política externa dos EUA para a China. *Jornal da Usp*. São Paulo, p. 1-7. mar. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/a-politica-externa-dos-eua-para-a-china/>. Acesso em: 3 mar. 2024.

COX, Robert. **Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método**. *Millennium*, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.

COX, Robert. **Production, Power and World Order: Social Forces in the Making of History**. Nova York: Columbia University Press, 1987.

COX, Robert. **Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory**. *Millennium*, n. 10, p. 127-155, 1981.

COX, Robert. **Questões Estruturais de um Governo Global: implicações para a Europa**. In: GILL, Stephen. *Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 367- 406.

DEVINE, Robert. *América passado e presente*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

DUQING, Chen. **Política Exterior da China**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1990. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/duqingpoliticaexteriorchina.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. O VALOR DO CONCEITO DE HEGEMONIA PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 209-232, jul. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/36047/23977>. Acesso em: 11 mar. 2024.

FAULCONBRIDGE, Guy; Holland, Steve. G7 rivals China with grand infrastructure plan, 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/g7-counter-chinas-belt-road-with-infrastructure-project-senior-us-official-2021-06-12/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

FORTÍN, Carlos. **El no alineamiento activo: un camino para América Latina**. 2020. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1deRQYaRB6rTVnvmvrJOcJtT1cD28FKd/view>. Acesso em: 12 abr. 2024.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Brasil e china no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades**. 2011. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1hAFc8LxRoLo4qzYkQyco4pUWwCcWdYv7/view>. Acesso em: 14 maio 2024.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **BRASIL E CHINA: 40 ANOS DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ANÁLISES E DOCUMENTOS**. Brasília: Funag, 2016. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/1174-brasil-e-china-40-anos.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2024.

GILL, Stephen. **GRAMSCI, MATERIALISMO HISTÓRICO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

GILL, Stephen; Law, David. **HEGEMONIA GLOBAL E O PODER ESTRUTURAL DO CAPITAL**. In: GILL, Stephen. Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 157-200.

GILLS, B. K. Synchronisation, **Conjecture and Centre-Shift in East Asian International History**. In: International Studies Association Annual Convention. 1989.

Gilpin, R. (1983). **War and change in world politics**. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

GONÇALVES, Williams. **Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações Brasil-EUA**. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/32061/pdf>. Acesso em: 24 abr. 2024.

GRAMSCI, Antonio. 1976. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere - Introdução ao Estudo da Filosofia**. A Filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 494 p. v. 1.

GRUPPI, Luciano. 1978. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal.  
LACLAU, E. 1993. "Discourse". In: GODDIN, R.; PETTIT, P. (orgs.). *The blackwell companion to political philosophy*. Oxford: Blackwell.

GWADABE, Nasa'i Muhammad. O DECLÍNIO HEGEMÔNICO DOS ESTADOS UNIDOS E A CRESCENTE INFLUÊNCIA DA CHINA: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA SOBRE A TEORIA DA TRANSIÇÃO DE PODER NO SÉCULO XXI. **Austral**: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, v. 9, n. 18, p. 132-153, dez. 2020.

HARO, Edmon. **Joe Biden is determined that China should not displace America**, 2021. Disponível em: [https://www.economist.com/briefing/2021/07/17/joe-biden-is-determined-that-china-should-not-displace-america?utm\\_medium=cpc.adword.pd&utm\\_source=google&ppccampaignID=19495686130&ppcadID=&utm\\_campaign=a.22brand\\_pmax&utm\\_content=conversion.direct-r](https://www.economist.com/briefing/2021/07/17/joe-biden-is-determined-that-china-should-not-displace-america?utm_medium=cpc.adword.pd&utm_source=google&ppccampaignID=19495686130&ppcadID=&utm_campaign=a.22brand_pmax&utm_content=conversion.direct-r)

esponse.anonymous&gad\_source=1&gclid=Cj0KCQjw8pKxBhD\_ARIsAPrG45mVfUB4oTvSyNTJJFLcgNzKw2lQ9zPkIk664O4uTo9VenIr6g8t0waAnB4EALw\_wcB&gclidsrc=aw.ds. Acesso em: 10 abr. 2024.

HEIN, Matthias von. **Xi Jinping e o sonho chinês**, 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/xi-jinping-e-o-sonho-chin%C3%AAs/a-43686076>. Acesso em: 14 abr. 2024.

HOTHAM, Oliver, **Nova Rota da Seda chinesa gera US\$ 2 trilhões em contratos**, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/10/nova-rota-da-seda-chinesa-gera-us-2-trilhoes-em-contratos.shtml>. Acesso em 4 abr. 2024.

HUNTINGTON, Samuel (1993). The Clash of Civilizations. *Foreign Affairs*, 72, 22-49.

HAO, Su. Harmonious world: the conceived international order in framework of China's foreign affairs. **Foreign Affairs**, v. 87, n. 1, p. 29-55, 2008.

JOHNSON, Keith. **Belt and Road Meets Build Back Better**, 2021. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2021/10/04/belt-and-road-initiative-bri-build-back-better-us-china-competition-west/>. Acesso em: 12 abr. 2024

KALOUT, Hussein; COSTA, Hugo Bras Martins da. A rivalidade China-EUA e os interesses estratégicos do Brasil. **Cebri**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 1-20, jun. 2022. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/30/42>. Acesso em: 30 mar. 2024.

KHAN, Ramla. REVISANDO A GUERRA COMERCIAL EUA-CHINA: UMA AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 19, n. 10, p. 187-205, jun. 2021.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. 427 p.

Krasner, S. (1976). **State Power and the Structure of International Trade**. *World Politics*, 28(3), 317-347.

Kuss, Laís. Um Caminho para a Aproximação entre as RI e a Ciência Política. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v.5, n.3,dez./2020, pp.296-318.

LAYNE, Christopher. **The US–Chinese power shift and the end of the Pax Americana**, 2018. Disponível em: <https://watermark.silverchair.com/iix249.pdf?token=AQ>. Acesso em: 15 abr. 2024.

LIMA, Anna Terra Costa Correia. **A POLÍTICA EXTERNA CHINESA NA ERA DE XI JINPING**. 2023. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/29626/1/AnnaTerraCostaCorreiaLima\\_Dissert.pdf](https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/29626/1/AnnaTerraCostaCorreiaLima_Dissert.pdf). Acesso em: 10 abr. 2024.

LIMA, Uallace Moreira. **AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS NO PERÍODO 2000-2014**. Brasília: Ipeca, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9343/1/td\\_2491.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9343/1/td_2491.pdf). Acesso em: 05 maio 2024.

LISSARDY, Gerardo. **Como China está expandindo influência do yuan na América Latina em meio a disputa global com EUA**, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c8vr3r7l4dmo>. Acesso em: 27 mar. 2024.

LIST, Georg Friedrich. (1841 [1983]) *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas).

LIY, Macarena; MARS, Amanda. **O duelo pela hegemonia global que deixa o mundo apreensivo**, 2023. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-27/eua-x-china-cenarios-da-nova-guerra-fria.html#militar>. Acesso em: 30 mar. 2024.

MAGNOTTA, Fernanda. **DE OLHO NA CHINA, OS ESTADOS UNIDOS LANÇAM NOVO PROJETO PARA AS AMÉRICAS**. 2023. Disponível em: <https://www.opecu.org.br/2023/11/05/de-olho-na-china-estados-unidos-lancam-novo-projeto-para-as-americas/>. Acesso em: 26 maio 2024.

MAIOR, Luiz A. P. Souto. **Brasil-Estados Unidos: desafios de um relacionamento assimétrico**. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/8K3Py3Ccnwq7fJmxfNC4Hst/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MARCUS, Jonathan. **O historiador da Grécia Antiga que ‘previu guerra inevitável’ entre EUA e China**, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47792909>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MARQUES, Claudio. **Brasil-EUA: Recursos americanos ganham território no país**, 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/05/22/brasil-eua-recursos-americanos-ganha-m-territorio-no-pais.ghtml>. Acesso em: 7 mai. 2024.

MCKEOWN, Shannon. **Opportunities for Increased Multilateral Engagement with B3W**. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1T0IfhH9GwvFd099eAIyqhAJ2RdPN6kMY>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MILLER, Noah W.. Who Will Win the Strategic Long Game? The G7's Build Back Better World or China's Belt and Road Initiative? **Sochin Research Institute**, Nairobi, v. 5, n. 8, p. 1-5, jun. 2021.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **China's Initiation of the Five Principles of Peaceful Co-Existence**. 2000b. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18053.htm> Acesso em: 29/08/2012

MONTENEGRO, Renan Holanda. **UMA VISÃO GERAL DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA CONTEMPORÂNEA: ESTRATÉGIAS, ATORES E INSTRUMENTOS.** *Brazilian Journal Of International Relations*. São Paulo, p. 298-329. abr. 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/8931/5869>. Acesso em: 30 mar. 2024.

MORAES, Dênis de. **COMUNICAÇÃO, HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA: A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA DE GRAMSCI.** *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jun. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/12420>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MORCEIRO, Paulo César. **DESINDUSTRIALIZAÇÃO SETORIAL E ESTAGNAÇÃO DE LONGO PRAZO DA MANUFATURA BRASILEIRA.** 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1UqEWS6C0d5iBmIjnNG8LzDofDyOc6DhI/view>. Acesso em: 15 maio 2024.

MOREIRA, Matheus. **Em carta, Biden chama Lula de amigo e diz que estarão lado a lado para que a democracia triunfe.** 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/natuza-nery/post/2024/01/26/biden-chama-lula-de-amigo-e-diz-estarao-lado-a-lado-para-que-a-democracia-triunfe.ghtml>. Acesso em: 11 maio 2024.

MOREIRA, Uallace. **Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa.** 2012. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/15ocqdVRvPFD67R\\_iJyc4r50enYV7GV5e/view](https://drive.google.com/file/d/15ocqdVRvPFD67R_iJyc4r50enYV7GV5e/view). Acesso em: 25 abr. 2024.

MORENO, Camila. **O Brasil made in China.** 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ys58RM3P5qDl6Dv3Swi-mrX33oiPILRx/view>. Acesso em: 04 abr. 2024.

NYE Jr., J. S. **O paradoxo do poder americano: porque a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada.** Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo : Ed. da UNESP, 2002.

OLIVEIRA, Camila Ferreira Pureza de. **A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO VARGAS DURANTE O ESTADO NOVO E A CONSTRUÇÃO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL.** 2015. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1480>. Acesso em: 30 maio 2024.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Brasil e China: uma nova aliança não escrita?** *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, p. 88-105, 2010.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **BRASIL-CHINA: UMA PARCERIA PREDATÓRIA OU COOPERATIVA?** 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ZEVIHW9gLHM4ZB85rsO4VuRPJ8IaSqsj/view>. Acesso em: 11 maio 2024.

OLIVEIRA JÚNIOR, Márcio José. **As raízes da política externa chinesa: perspectivas para a inserção no século XXI.** *Fronteira*, Belo Horizonte, v. 12, n. 24, p. 122-141, jul. 2013.

PAIVA, Marcos Caramuru de. China-EUA: uma leitura da trajetória da disputa pela hegemonia. **Cebri**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 1-24, jun. 2022. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/29/40>. Acesso em: 5 mar. 2024.

PALMA, G. (2005). **Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa**. Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Agosto.

PAUTASSO, Diego; NOGARA, Tiago Soares; UNGARETTI, Carlos Renato. As três dimensões da guerra comercial entre China e EUA. **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 1-23, jan. 2021. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1122/839>. Acesso em: 4 abr. 2024.

PECEQUILO, Cristina. **A Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou mudança?** Porto Alegre: UFRGS, 2011.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **As relações bilaterais Brasil-Estados Unidos (1989-2008. As três fases contemporâneas**. 2008. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/as-relacoes-bilaterais-brasil-estados-unidos-1989-2008-as-tres-fases-contemporaneas/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **As relações bilaterais Brasil- Estados Unidos (1989-2008)**. 2008. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1d58pMfO38IWeorIMU25QSEtlw\\_blKefh/view](https://drive.google.com/file/d/1d58pMfO38IWeorIMU25QSEtlw_blKefh/view). Acesso em: 03 abr. 2024.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **AS RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS (2008-2015)**. 2008. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/181206\\_a\\_politica\\_externa\\_brasileira\\_cap12.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/181206_a_politica_externa_brasileira_cap12.pdf). Acesso em: 25 abr. 2024.

PECEQUILO, Cristina. **Estados Unidos: presente e desafios**, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/al000127.pdf>. Acesso em: 30 fev. 2024.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, 443 p. ISBN: 85-7025-667-1.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves Do. **A China, o Sistema Internacional e o Sul: Ascensão Pacífica? Brazilian Journal of International Relations**, v. 3, p. 32-69, 2014. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/viewFile/3549/2813>>. Acesso em 01 ago. 2014.

PEDUZZI, Pedro. **Investimentos no Brasil ajudarão a China a atender a demanda interna**, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-08/investimentos-no-brasil-ajudarao-china-atender-demanda-interna>. Acesso em: 10 mai. 2024.

PEREIRA, Alexsandro Eugenio. TRÊS PERSPECTIVAS SOBRE A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS: PODER, DOMINAÇÃO E HEGEMONIA. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 237-257, jun. 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/69w3yphKVqnxq6x7pg6w3tj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 abr. 2024.

SILVA, André Luiz Reis da. O Brasil diante da globalização: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). **Carta Internacional**, v. 7, n. 1, p. 20-34, 2012.

REIS, Carlos Nelson dos. **PROGRAMA INICIATIVA PARA AS AMÉRICAS (PLANO BUSH): ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**. 1990. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/viewFile/323/543>. Acesso em: 13 maio 2024.

SÁ, Nelson. **China salva ano do Brasil e projeta investimento verde para 2024**, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/12/china-salva-ano-do-brasil-e-projeta-investimento-verde-para-2024.shtml>. Acesso em: 6 jun. 2024.

SANG, Beibei. **Geoestratégia da China e a Nova Rota da Seda: uma análise a partir dos documentos oficiais chineses e seus desdobramentos para o brasil**. 2019. 96 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://observatoriodosbricsunila.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/12/geoestrategie-da-china-e-a-nova-rota-da-seda.pdf>. Acesso em: 23 maio 2024.

SCULL, Danny. ONE VISION IN THREE PLANS: BUILD BACK BETTER WORLD & THE G7 GLOBAL INFRASTRUCTURE INITIATIVES, 2022.

SHANG, Deliang. Cooperação política entre China e Brasil versus multipolarização. *In*: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Brasil e China: Multipolaridade**. Brasília: IPRI-FUNAG, 2003. p. 291-308.

SILVA, Nivaldo Correia da. “HEGEMONIA, ESTADO E SOCIEDADE EM GRAMSCI”. **Revista Saber Acadêmico**, São Paulo, v. /, n. 12, p. 31-36, fev. 2011. Disponível em: [http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20180403120133.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180403120133.pdf). Acesso em: 20 mar. 2024.

SILVER, Laura. China's international behavior. **Pew Research Center**, Washington Dc, v. 10, n. 2, p. 1-15, jul. 2023. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/global/2023/07/27/chinas-international-behavior/>. Acesso em: 7 abr. 2024.

SOUSA, Na Tereza Lopes Marra de. **Política externa brasileira em tempos de isolamento diplomático**. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2022. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Rafael-Abrao-2/publication/362426731\\_Distensao\\_assimetrias\\_e\\_oportunidades\\_perdidas\\_relacoes\\_Brasil-China\\_no\\_governo\\_Bolsonaro/links/62e993583c0ea8788777b009/Distensao-assimetrias-e-oportunidades-perdidas-relacoes-Brasil-China-no-governo-Bolsonaro.pdf#page=114](https://www.researchgate.net/profile/Rafael-Abrao-2/publication/362426731_Distensao_assimetrias_e_oportunidades_perdidas_relacoes_Brasil-China_no_governo_Bolsonaro/links/62e993583c0ea8788777b009/Distensao-assimetrias-e-oportunidades-perdidas-relacoes-Brasil-China-no-governo-Bolsonaro.pdf#page=114). Acesso em: 07 maio 2024.

SPLANIK, Ariel. **América Latina en la estrategia del dragón**, 2022. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/america-latina-en-la-estrategia-del-drago/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

STRANGE, Susan. 1994. **States and Markets**. London: Pinter Publishers. 1996. *The retreat of the state: The diffusion of power in the world economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

SU, Changhe. The China model and World Order. In: SHAO, Binhong. **China and the World: Balance, Imbalance and Rebalance**. Boston: Brill, 2013.

The White House. 2021. “FACT SHEET: President Biden and G7 Leaders Launch Build Back Better World (B3W) Partnership.” Briefing Room. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/06/12/fact-sheet-president-biden-and-g7-leaders-launch-build-back-better-world-b3w-partnership/>. Acesso em 10 fev. 2024.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. **A bomba dólar: paz, moeda e coerção**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia UFRJ, 2019.

USHER, Barbara. **Os principais pontos de tensão que Joe Biden e Xi Jinping devem debater em aguardado encontro**, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cjqpwxvd49qo>. Acesso em: 12 mar. 2024.

TREVIZAN, Karina. **Guerra comercial: entenda as tensões entre China e EUA e as incertezas para a economia mundial**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/16/guerra-comercial-entenda-a-piora-das-tensoes-entre-china-e-eua-e-as-incertezas-para-a-economia-mundial.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2024.

URDINEZ, Francisco. Las relaciones triangulares: Sobre cómo la hegemonía de Estados Unidos ha condicionado la asertividad china en América Latina. **Redcaem: Red China y América Latina: Enfoques Multidisciplinarios**, Chile, v. 1, n. /, p. 1-27, nov. 2017.

VIEIRA, Pedro Abel. **O BRASIL ALIMENTARÁ A CHINA OU A CHINA ENGOLIRÁ O BRASIL?** 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/12efZWVmPV-2iys9nYPdIGHmO9323HoVV/view>. Acesso em: 04 maio 2024

VIOLANTE, Alexandre Rocha. REFLEXÕES SOBRE GUERRA HEGEMÔNICA NA ATUALIDADE: CHINA E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 531-552, dez. 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p531>. Acesso em: 17 jan. 2024.

VISENTINI, Paulo. **As Relações diplomáticas da Ásia: Articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira)**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011..

WONG, Tessa. **A nova rota da seda que a China quer construir vale o investimento trilionário?**, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cmj544lg205o>. Acesso em: 11 abr. 2024.